

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

PALÁCIO XIX DE DEZEMBRO

DIRETORIA LEGISLATIVA

Sessão Ordinária do dia 30 de março de 2022 - Ata n.º 23.

Aos trinta dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e dois, às nove horas e trinta minutos, **em ambiente misto, utilizando-se do Sistema de Deliberação Misto, instituído pela Resolução n.º 19, de 15/12/2020**, com discussão e votação mista em virtude da emergência de saúde pública relacionada ao coronavírus SARS-CoV-2, foi registrado o quórum necessário de Parlamentares. O Senhor Presidente **Ademar Traiano**, secretariado pelos Senhores Deputados **Luiz Claudio Romanelli** (1.º Secretário) e **Gilson de Souza** (2.º Secretário), “*sob a proteção de Deus*”, iniciou os trabalhos da **23.ª Sessão Ordinária da 4.ª Sessão Legislativa da 19.ª Legislatura**.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): “*Sob a proteção de Deus*”, iniciamos a nossa Sessão Ordinária desta quarta-feira. Está dispensada a leitura da Ata. Não há Expediente a ser lido. Vamos de imediato...

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Senhor Presidente, inscrevo-me no horário da Liderança.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Da Liderança. Vamos de imediato ao horário das Lideranças. Deputado Soldado Fruet, primeiro orador.

HORÁRIO DAS LIDERANÇAS: Usaram da palavra os Sr.^s Deputados: Soldado Fruet (PROS); Goura (PDT); Tadeu Veneri (PT); Mabel Canto (PSC); Gugu Bueno (PL); Galo (PODE); Hussein Bakri (Governo); e Arilson Chiorato (Oposição).

DEPUTADO SOLDADO FRUET (PROS): Senhor Presidente, Ademar Traiano. Senhores e Sr.^{as} Deputadas, paranaenses que acompanham esta Sessão e demonstram o seu interesse por questões que afetam diretamente cada um, um bom dia a todos nós. Vou começar o meu discurso com uma frase: “Não se serve a dois senhores”. Com essa frase, dirijo-me a alguns Parlamentares, que na Sessão de ontem, no pós-Sessão, por meio de áudios, mensagens disparadas em grupos de PMs, tentaram fazer crer que a minha emenda ao PL 106 foi derrubada por ser inconstitucional. Pois bem, senhores, a minha emenda foi derrubada porque nesta Casa as pessoas devem ter posição e lado e muitos preferiram ficar ao lado do Governador, e assim se posicionaram. É um direito delas, mas devem respeitar o meu direito, que é estar do lado do povo, dos policiais. Desde o meu primeiro dia como Deputado, escolhi meu lado, fiquei ao lado daqueles que aqui me colocaram, o povo paranaense, e é por esse povo que luto diariamente e demonstro os atos, as ações do Governo, que apenas prejudicam os paranaenses. É por esse povo que fiscalizo e denuncio o mau uso do dinheiro público que sai do suor de cada paranaense. É por cada policial, bombeiro, que dediquei todos os minutos da minha estada como Deputado e é por eles que me dediquei muito mais nas últimas semanas. A emenda que apresentei é, sim, constitucional. Lamento que a CCJ não tenha entendido e lamento que nem mesmo tenham dado um Google para pesquisar, pois se assim o fizessem, Sr. Presidente, teriam visto que o Supremo Tribunal Federal, órgão máximo da Justiça brasileira, guardião da Constituição e a quem cabe analisar a constitucionalidade de leis, decidiu na ADI 3.942 que é possível apresentação de emenda parlamentar a projetos de lei de iniciativa do Executivo que tratam de criação de cargos, funções, ou empregos públicos na administração pública, diretas ou autárquicas, ou aumento de sua remuneração. Artigo 61, parágrafo 1º, inciso II, item da Constituição Federal. Desde que haja identidade de matéria e a emenda parlamentar esteja acompanhada da estimativa de despesas e respectivas fontes de custeio. Então, senhoras e senhores, colegas que nos assistem, se não quiseram votar a emenda e ficar ao lado dos policiais, assumam isso, não tentem denegrir o meu trabalho e o trabalho da minha equipe. Aliás, recebi aí centenas,

talvez milhares de mensagens de policiais apoiando e mandando até essa jurisprudência, isso comprova que as mentiras sobre a constitucionalidade não colocaram e ficou ainda mais feio para aqueles que defendem isso. Os policiais não são bobos, a imensa maioria daqueles que possuem graduação superior, mesmo os que não são graduados, pela própria função que exercem, tornam-se práticos em Direito. Respeitem não só a minha inteligência, mas as dos nossos irmãos policiais civis e militares, pois não é uma patente que traz o conhecimento e, sim, o estudo ou a prática diária de um trabalho. Dito isso, Sr. Presidente, é comprovado ao Líder do Governo e aos demais colegas Deputados que a nossa emenda é, sim, constitucional. Solicito atenção e apoio dos senhores e das senhoras quando da votação de sua constitucionalidade em Plenário. Na esperança de que todos aqui olhem para os policiais, faço esse novo pleito, e não como uma ameaça, ou colocando *a faca no pescoço*, como o Governo fez conosco. Quero destacar que mais de 40 mil famílias, nas 399 cidades do Paraná, esperam ansiosos por esse voto e essas famílias, em sua imensa maioria, estão neste momento com os olhos voltados para esta Casa Legislativa.

Deputado Professor Lemos (PT): Um aparte, Deputado.

DEPUTADO SOLDADO FRUET (PROS): Só um minuto, senhor. Como disse ontem, mensagens de apoio, áudios, justificativas e *posts* nas redes sociais não pagam as contas dos policiais. Se querem fazer realmente algo por eles, aprovem a emenda que apresentei na Comissão de Segurança e que posteriormente foi assinada também por outros Deputados e apresentada em Plenário. A CCJ derrubou, mas cada um dos senhores e senhoras têm a oportunidade de aprová-la hoje em Plenário, pois com base no art. 41, parágrafo 16, apresentarei recurso à rejeição da emenda n.^o 3 ao PL 106/22, para a análise desse Plenário. Pois não, Sr. Deputado.

Deputado Professor Lemos (PT): Quero cumprimentar V.Ex.^a pelo pronunciamento e reforçar que de fato as emendas são constitucionais, tanto as emendas para alterar o Projeto que trata do pessoal militar quanto as emendas

que tratam dos demais servidores civis, como, por exemplo, a extensão do auxílio-alimentação aos funcionários de escolas, e também uma gratificação para os aposentados, um auxílio aos aposentados de todas as categorias do Poder Executivo. Então, as emendas que apresentamos pela Oposição são constitucionais, sim. E temos lei aprovada nesta Assembleia, vou citar uma, a Lei n.º 14.231, publicada no dia 15 de outubro de 2002, que criou 20% de hora-atividade para professores, determinando que o Governo contratasse 20% a mais de professores em 2003. E o Requião ganhou a eleição e implementou 20% de hora-atividade, contratando 20% a mais de professores. Isso aumentou a folha de pagamento. Essa lei foi de autoria do Deputado Hermas Brandão, que era Presidente desta Assembleia, eu era Presidente da APP, estive aqui, pedi socorro a ele, ele apresentou o Projeto, foi aprovado nesta Casa, publicado, e o Governo que veio a seguir, que foi o Requião, cumpriu. Então, é prova de que pode, sim. Sou autor da PEC 64, do subsídio, que aprovada nesta Assembleia, virou a emenda 29, que criou as condições para implementar o subsídio para a Polícia Civil e para a Polícia Militar. Esta emenda constitucional de minha autoria foi questionada no Supremo, por unanimidade o Supremo Federal deu razão para a emenda que propus aqui e foi aprovado nesta Casa. E aí o Beto Richa teve que implementar. Infelizmente não implementou como devia. Por isso, temos a oportunidade de corrigir isso neste momento e a emenda é para corrigir.

DEPUTADO SOLDADO FRUET (PROS): Muito obrigado, Sr. Deputado. Pois bem, Sr. Presidente, estão aí vários exemplos, então, não podemos usar a nossa Constituição como queremos e, sim, como tem que ser. Então, peço apoio a todos os colegas no momento da votação aqui em Plenário. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Registro a presença na Casa do Vice-Diretor do Depen, Sr. Luiz Francisco da Silveira, com todos os coordenadores das regionais; da Diretoria Executiva do Sindarspen, Sr.^a Vanderleia Leite; da Diretora Jurídica, Sr.^a Petruska; e do Presidente da Sindafep, Sr. Osmar de Araújo Gomes. Sejam todos bem-vindos à nossa Casa. Também do

Prefeito de Lidianópolis, Sr. Odair José Bovo, por solicitação dos Deputados Alexandre Curi e Artagão. Sejam bem-vindos. Próximo orador, Deputado Goura.

DEPUTADO GOURA (PDT): Muito obrigado, Sr. Presidente. Bom dia a todos os Parlamentares, a todas as autoridades aqui presentes na nossa Sessão. Quero saudar especialmente aqui os servidores, trabalhadores da Segurança Pública que acompanham a nossa Sessão, que fazem esse papel importantíssimo de pressão nos Parlamentares, de pressão na política. Todos nós, os cidadãos, devem participar ativamente da política, temos que ter esse entendimento de que é justa e legítima a reivindicação e esse diálogo construtivo na democracia. Então, todos bem-vindos. Quero reforçar também o meu apoio à emenda do nosso colega, Deputado Soldado Fruet. Logo pela manhã assinamos, ontem assinamos a emenda e agora assinamos conjuntamente o apoio ao recurso que o Deputado traz aqui para o Plenário para que possamos ter pelo menos alguns ganhos a mais. Sabemos, Ricardo, que para a Polícia Penal há ganhos efetivos muito à organização dos senhores e das senhoras, e que isso sirva de exemplo aos outros sindicatos das polícias para que também possam se organizar cada vez mais na luta pelos seus direitos. Senhor Presidente, duas questões que quero trazer hoje aqui em Plenário. Primeiro um convite a todos, neste sábado, pela manhã, temos aqui ao lado, Orlando, a praça do Rio Iguaçu, as pessoas não sabem, Curitiba e Região Metropolitana está nas nascentes do Rio Iguaçu, estamos no Alto Iguaçu, e faremos aqui, 9 horas, uma pedalada, saindo da praça do Rio Iguaçu, logo aqui ao lado da Assembleia Legislativa, até o Parque Náutico, até nas bordas do Rio Iguaçu, que cruza a Região Metropolitana de Curitiba. Faremos um plantio de árvores no parque, ao final da pedalada. E faço esse convite a todos os Parlamentares, Deputado Romanelli, que representa a nossa bancada da bicicleta, se possível quem estiver aqui em Curitiba, vai ser um pedal tranquilo, de boa, em declive, até o Parque Náutico. Sábado, dia 2, às 9 horas. Senhor Presidente, um fato mais sério, não que isso não seja sério, mas mais grave eu diria. Todos acompanhamos, estarrecidos, nos últimos dias, nas últimas semanas, as notícias, Deputado Caputo, sobre o *ferryboat* de Guaratuba. Houve essa situação onde balsas do *ferryboat* batem e danificam veículos em Guaratuba.

Recebemos, creio que todos os Parlamentares receberam vídeos na hora, ao vivo, as pessoas desesperadas com aquilo, uma situação gravíssima, que expõe não apenas danos materiais, mas danos, riscos à vida da população que depende daquele serviço. É importante lembrarmos que a Internacional Marítima, a empresa que está prestando esse serviço, que tem a concessão, ela tem um histórico de situações que merecem atenção por parte dos nossos Parlamentares, em especial do Governo do Estado do Paraná. Notícias aqui: "Batidas de *ferrys* operados pela Internacional Marítima vira rotina". Uma notícia de 2016: "A Internacional Marítima garante: O serviço é bom e a população confia". Ok. Aqui no Paraná quero lembrar alguns dados a Vossas Excelências: no dia 15 de março de 2022, Deputado Galo, foi publicado no *Diário Oficial* o extrato de quatro contratos entre o DER e a empresa Internacional Marítima Ltda., a soma de todos eles totaliza quase R\$ 60 milhões. E aqui, atenção, tem duração de 180 dias esse contrato vigente. Primeiro fato que nos chama a atenção é que o contrato anterior, rescindido porque a empresa era completamente ineficiente, tinha o valor aproximadamente de R\$ 130 milhões para 10 anos de serviço. Os contratos emergenciais, Deputado Arilson, nosso Líder da Oposição, portanto, que vão durar seis meses, têm o valor total de quase metade do que se gastaria em 10 anos. O Governo do Estado está dando R\$ 60 milhões para a empresa por um contrato de seis meses, sendo que o contrato anterior de 130 milhões era para 10 anos. Deputado Caputo, já lhe concedo o aparte, só para concluir aqui. O segundo fato que nos causa completa estranheza é que somente um desses contratos, no valor de cerca de 6 milhões, está disponível no Portal da Transparência, os outros três, que somam mais de 50 milhões, estão classificados, senhoras e senhores, como sigilosos, no Portal da Transparência do Governo do Estado do Paraná. Estamos solicitando, em ato contínuo, acesso a esses documentos para entender os termos dessa contratação. Na segunda-feira protocolaremos esse expediente e peço desde já o apoio de todos os Parlamentares. Por fim, gostaríamos de saber o que motivou a contratação dessa empresa, com dispensa de licitação. Não se trata de uma empresa do Paraná, regional, sua sede fica no Maranhão. Não bastasse a extravagância dessa escolha, averiguamos que nas cidades onde ela opera esses

serviços, no caso Salvador, como já trouxe aqui, há relatos de um péssimo histórico na qualidade dos serviços, com episódios também de colisão do *ferry*. É importantíssimo, e aqui pedimos ao Líder do Governo que haja explicações por parte do Governo do Estado. A população de Guaratuba, de Matinhos, mas toda a população do Paraná, não pode mais conviver com essa situação catastrófica. Deputado Caputo, um aparte a V.Ex.^a.

Deputado Michele Caputo (PSDB): Obrigado, Deputado Goura. Agradeço o seu aparte e compartilho do Deputado dessa preocupação com relação à concessão estadual que faz esses um quilômetro e duzentos, um quilômetro e pouquinho a travessia da nossa querida Guaratuba. Importantíssimo para a vida das pessoas, importantíssimo para a questão inclusive do turismo quando sustentável. Sei que a solução final é a ponte, mas esse é um processo que ainda vai levar anos, até lá não podemos conviver com o que está acontecendo. Comandei nesta Casa, o senhor inclusive foi um signatário, vários Deputados aqui, Oposição, Situação, para fazer uma Comissão Especial de Investigação. Conversei com o Líder do Governo, a quem sou muito grato, e no dia que ia fazer o protocolo de estudo, o registro, a empresa foi retirada. Infelizmente mudou-se a empresa, mas erros tão graves quanto continuam a acontecer como esse mais recentemente que o senhor relatou. Será que precisamos que se perca uma vida? Porque essa não tem jeito, carro você conserta, tem seguro, a balsa também. O que está acontecendo? Será que essas empresas todas, e me permito fazer esse raciocínio, Deputado, elas não têm condições técnicas ou liderança para prestar esse tipo de serviço, e esse serviço custa para os cofres públicos, e é extremamente importante. Então, compartilho dessa preocupação, conte comigo com relação a isso, só não garanto para o senhor que vou fazer pedalada porque não tenho preparo físico para isso, está certo? Obrigado.

DEPUTADO GOURA (PDT): Obrigado, Deputado Caputo. Mas podemos pegar uma bicicleta elétrica ali talvez para a pedalada. O senhor trouxe essa preocupação, que acho que é para isso que fazemos política, para salvaguardar a vida das pessoas, para garantir uma melhoria na qualidade de vida, e o que

estamos vendo, quando o Governo fala de *compliance*, ou como diz o Deputado Romanelli, a quem gosto, que trazemos para o português, conformidade, não há conformidade quando há contratos sigilosos, contratos milionários, contratos que exigem transparência. Então, faremos esse pedido para o acesso a esses contratos. E fica aqui esse registro de que é muito inquietante o valor e o prazo pelo qual essa empresa foi contratada para prestar um serviço de péssima qualidade à população paranaense. Lembro ainda que própria informação do DER, três *ferryboats* que a empresa opera são de propriedade do Estado do Paraná. Então, tem coisas que precisam ser trazidas à luz. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Registro a presença na Casa do Prefeito de Luisiana, Sr. Wilson Tureck; do Vereador, Sr. Joaquim Pepineli. Quem solicitou o registro, mesmo não estando presente, Deputado Marcio Nunes. Sejam bem-vindos. Próximo orador, Deputado Tadeu Veneri.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Senhor Presidente e Sr.^s Deputados, já de antemão quero deixar registrado que nós, não farei agora, mas faremos durante a Sessão, durante a votação, quero fazer o encaminhamento, já me inscrevo, Sr. Presidente, para o Item 5, porque falei agora com o Líder do Governo e há uma série de pontos que temos divergência, temos contrariedade, e obviamente queremos esclarecê-los. Mas vou aguardar até que chegemos às votações e nas votações possamos fazer o debate de forma adequada. Quero hoje, Sr. Presidente, fazer duas referências. A primeira que me foi pedida inclusive para que fizéssemos, falei com o Deputado Goura, que é o nosso especialista na área de meio ambiente, mas hoje peço licença ao Deputado Goura para fazer aqui um registro para celebrar os 30 anos da APA Estadual, Deputado Goura, APA Estadual de Guaratuba, que foi criada no dia 27 de março de 1992, por um decreto-lei. A APA Estadual de Guaratuba na época, janeiro de 1992, tínhamos tido no Rio de Janeiro a Eco-92, ou Rio-92, Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, e por conta disso e mês de março de 92 foi um período para que pudéssemos fazer um bom debate. Infelizmente já lá se vão

30 anos, um bom debate para a conservação da biodiversidade do Paraná. Muita coisa mudou de lá para cá, e mudou para pior. O último fato que vimos aqui, a instalação das torres de transmissão em toda a área, ou em boa parte da área, que é a área da escarpa devoniana, para economizar, até porque é uma obra de R\$ 6 bilhões, para economizar algumas centenas de milhões reais a empresa conseguiu a liberação, por meio da Sedest, para fazer com que aquelas torres passassem na área, quando poderiam, e as Universidades mostraram isso, passarem por áreas diferentes, mas que eram áreas de cultivo, eram áreas de soja, áreas de pinos, e certamente a indenização sairia mais cara do que colocar na escarpa devoniana. E nesse sentido, Sr. Presidente, fazendo essa ressalva, naquele período, março, foram criadas a APA de Guaraqueçaba, o Parque Guartelá, a estação Guaraguaçu, a APA Escarpa Devoniana, da qual falei agora, o Parque do Cerrado e a APA de Guaratuba. Uma série de trabalhos muito intensos, na época do Dibap-IAP, Diretoria de Biodiversidade e Instituto Ambiental do Paraná, definindo áreas prioritárias para conservação de biodiversidade. Foi no Governo do Estado, Governador Roberto Requião. Nesse período em que era Governador o Roberto Requião, era também, que respondia pela Secretaria de Meio Ambiente, o Professor Tadeu França, foi Deputado Estadual também. Fez a declaração dos motivos de termos a APA, essa APA ter sido uma região de conservação, e ainda assim com muitos problemas, com muitos problemas. Sabemos que conservar é uma das situações mais difíceis que temos no Brasil. Recentemente, Deputado Goura, tivemos denúncias de uma grande área de pinheiros que estava sendo devastada aqui no Paraná, e que apesar de todos os apelos, não foi possível suspender essa devastação. Isso mostra que entre o discurso e a prática há uma distância muitas vezes que fica apenas no discurso e não fica na prática. De qualquer forma, já lhe concedo o aparte Deputado Goura, mas de qualquer forma é preciso que façamos referência a essas ações positivas e que elas possam nos inspirar não a devastar, não a destruir, não a tirar a restinga, como foi tentado aqui, aliás, por vossa interferência não foi possível; mas a celebrar o pouco que temos ainda da Mata Atlântica no Brasil e no Paraná. Nesse sentido, quando foi feito esse procedimento, depois em 2006 foi feito um

planejamento eficaz, foram feitas condições de contratação de pesquisadores, cartografia de última geração, trabalho de campo e participação integrada de todos os níveis de execução. Desde o ano passado o grupo de pessoas e entidades voluntárias já dedicadas a cuidar do meio ambiente estão motivando a celebração desses 30 anos da APA Estadual de Guaratuba, engajado nesse processo está a rede de Associação de Protetores das Áreas Verdes de Curitiba e Região Metropolitana, a Apav; a Confederação Nacional de Reservas Particulares do Patrimônio Natural, CNRPPN; a Eco-Guaricã, o Instituto de Estudos Ambientais do Paraná, o Instituto Guajú, Observatório Justiça e Conservação, Recanto JM-Voçoroca, Rede de Portais da Grande Reserva da Mata Atlântica, que o senhor conhece bem, a Rede Mata Atlântica, Secretário de Meio Ambiente de Guaratuba, Vereadores de Guaratuba, Sociedade Amigos da Represa do Voçoroca e a Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem, SPVS; Conselho de Meio Ambiente de São José dos Pinhais. Falo isso, Sr. Presidente, porque fazer essa referência para nós hoje é importante, ainda que saibamos que muita coisa há de ser feita. Antes de passar a situação que vamos enfrentar hoje à tarde, quero passar o aparte ao Deputado Goura e na sequência fazer um convite a todos os Deputados para que possamos participar da Audiência que faremos hoje à tarde sobre a Petrobrás. Deputado Goura, o senhor tem a palavra.

Deputado Goura (PDT): Obrigado, Deputado Tadeu Veneri. Parabenizo-o por trazer aqui a importância desta área de proteção ambiental, APA de Guaratuba, que comemora esse aniversário, mas que é um momento de resistência, não é Deputado, porque como o senhor bem lembrou, há um desmonte das políticas ambientais, e aqui só quero dois destaque que dizem respeito à APA diretamente. Primeiro o Parque Estadual do Boguaçu, que é um parque que só existe no papel, é um parque que não tem o seu plano de manejo, que engloba boa parte da área territorial do município de Guaratuba e da APA de Guaratuba, que já foi objeto, reiteradas vezes, do nosso mandado, da nossa Comissão de Meio Ambiente, para que haja efetivação no seu plano de manejo, pelo controle ambiental que ele trará. Então, o Parque Estadual do Boguaçu precisa ser um parque de verdade. Segundo ponto, Deputado Tadeu, aqui um convite a todos que

nos acompanham, no dia 26 de abril faremos uma Audiência Pública sobre o transporte de produtos perigosos na BR-376, que impacta diretamente a bacia hidrográfica do Rio São João, com prejuízos aos agricultores, prejuízos ambientais imensos, e sabemos exatamente onde os acidentes ocorrem. Então, dia 26 de abril vamos fazer essa discussão. Parabéns e viva a APA de Guaratuba.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados e Sr.^{as} Deputadas. Quero aqui também fazer um convite. Hoje à tarde iremos fazer uma Audiência Pública, essa Audiência Pública refere-se à situação que é enfrentada hoje pela Petrobrás, ou pelo menos por parte da Petrobrás. O Deputado Fruet que tem acompanhado os debates sobre privatizações, aqui Copel Telecom, que aliás não é mais Copel Telecom, mudou o nome agora, até porque está sendo contratada pelo Governo do Estado, a própria Compagas, a Usina Elétrica a Gás de Araucária, a Usina, segunda maior geradora de energia elétrica do Sul do Brasil, que é a Usina de Foz do Areia, o pedágio que volta no final do ano, e a Petrobrás que vem sendo fatiada dia a dia. Perdemos aqui a nossa produtora de fertilizantes, que era justamente uma das maiores produtoras que tínhamos no Brasil, assim como perdemos outras, não tivemos a conclusão da usina de fertilizantes de Três Lagoas no Mato Grosso. Hoje há uma crise, porque não se sabe exatamente o que ocorrerá nos próximos meses se a guerra da Ucrânia permanecer, porque sabemos que haverá dificuldade para a importação de fertilizantes do Brasil. Entretanto, continua em pauta não só a venda aqui da Fafen, da Fábrica de Fertilizantes nitrogenados aqui do Paraná, mas também da própria usina Presidente Getúlio Vargas. Uma coisa absurda, um período em que estamos vivendo de crise energética, um período em que o Brasil atravessa talvez a sua mais alta, de toda a história, os mais altos custos para combustíveis, aí você pega uma das maiores produtoras que temos, uma das maiores refinarias que temos no Sul do Brasil e coloca à venda. E quem vai comprar? Serão os brasileiros? Certamente que não. Aquele discurso, Deputado Requião, que se vendêssemos a Petrobrás os preços dos combustíveis baixariam no dia seguinte é um discurso *feito para inglês ver*. Ou melhor, para americanos verem e para árabes verem, porque quando foi vendida a usina da Bahia, segunda ou terceira

maior refinaria do Brasil, sabem quem foi o primeiro a trazer petróleo aqui, Deputado Michele, para ser processado? Foi a ExxonMobil. A Exxon, que está explorando na Guiana um grande lençol de petróleo, traz petróleo da Guiana, refina na Bahia, e vende para o Catar. Esse é o plano genial do Ministro da Economia, esse é o plano genial do Governo Bolsonaro para vender tudo o que temos... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Deputado, por favor, para concluir.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Tudo o que temos, com o argumento que assim baixaria o preço. É meio como você vender a casa, no dia seguinte passar a alugá-la novamente daquele que a comprou, e pegar o valor da venda e distribuir para os seus sócios, amigos, conhecidos, vizinhos e parentes, aliás, muitos parentes. Então, fica aqui o convite para aqueles que quiserem e puderem, hoje à tarde faremos essa Audiência Pública. A Petrobrás mais uma vez já informou que não poderá participar, que não tem como mandar ninguém para participar da Audiência, que não tem como nos informar quais as razões e por quais razões está à venda a Usina, aqui a refinaria Presidente Vargas, e certamente a população sentirá esta e outras vendas novamente quando for às bombas. E os gênios da economia de Jair Bolsonaro continuarão batendo palmas nos fundos de investimentos, sem sempre brasileiros... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Senhores Deputados e Sr.^{as} Deputadas, comunicado a todos, decisão. Conversei aqui com o Deputado Romanelli, e acredito que é também de concordância do Deputado Gilson, a Assembleia, a partir do dia 4, segunda-feira, volta integralmente de forma presencial. As Comissões Permanentes também de forma presencial, e ela estará também aberta para as Sessões Solenes que os Deputados entenderem necessárias serem feitas aqui na Casa. É claro, como ressalva, se um fato novo em relação à pandemia surgir, vamos novamente repensar a situação. Então, oficialmente a Casa volta presencialmente dia 4, a partir de segunda-feira, com as

Comissões Permanentes, de forma presencial no Plenário, e peço a compreensão de todos porque já estamos há dois anos praticamente trabalhando aqui de forma híbrida. Deputado Romanelli, algum comentário?

SR. 1º SECRETÁRIO (Deputado Luiz Claudio Romanelli – PSB): Na verdade acho que é imperiosa essa decisão, considerando que há uma retomada, se não da normalidade, da quase normalidade. As ressalvas naturalmente são aquelas que se houver alguma mudança nos indicadores, alguma decisão da área das autoridades sanitárias, poderemos recuar das medidas. Mas, à princípio, enfim, retornaremos à normalidade da Assembleia Legislativa, abertura das galerias, funcionamento regular da Casa. Mas, vejam, algumas questões, inovações que trouxemos serão mantidas, exemplo, no dia 13 mesmo faremos uma Audiência da Frente Parlamentar sobre pedágio com apresentação do Instituto, do ITTI. Ela será integralmente remota, e outras Audiências Públicas poderão continuar sendo totalmente remotas. Podemos utilizar o nosso sistema que temos hoje, justamente para poder facilitar o acesso de todos. Mas, indiscutivelmente, assim, o trabalho parlamentar é fundamental, e retomado aqui presencialmente nas Comissões Permanentes, com todos os funcionários. Também analisaremos casos pontuais, regulamentamos o teletrabalho na Assembleia Legislativa, poderemos analisar casos específicos, há um regramento muito objetivo em relação a isso, mas teremos, enfim, uma retomada da nossa normalidade aqui, acho que é necessário, com todas as cautelas e cuidados ainda, mas indiscutivelmente retomamos esse trabalho e creio que qualquer mudança de indicador, obviamente, não hesitaremos a adotar medidas que possam ser restritivas novamente. Mas acho que é o momento de tentar voltar à normalidade.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): *Pela ordem, Sr. Presidente.*

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): *Pela ordem, Deputado Tadeu.*

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Gostaria só de um esclarecimento. O senhor falou que voltaríamos às Sessões Solenes, o Deputado Romanelli fala que voltarão inclusive as galerias.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Fica a critério do Parlamentar, se ele entender...

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): A pergunta que faço é, Sr. Presidente, as galerias estarão abertas então a partir do dia 4 de abril para todos os nossos visitantes? É isso?

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Ok.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Ok. Pergunto porque ficou uma dúvida, mas parabenizo a Mesa por essa iniciativa, porque como o Deputado Romanelli falou, já não é sem tempo, mesmo que as galerias tenham que usar máscaras, usar álcool gel, passar por detector de metais, se benzer, fazer o que for possível, mas acho que precisamos voltar a ter de fato o povo dentro desta Casa.

SR. 1º SECRETÁRIO (Deputado Luiz Claudio Romanelli – PSB): O senhor me permite, Presidente. A máscara mesmo, ela é facultativa, eu mesmo, podem ver que tenho usado aqui o máximo possível a máscara, ainda não me sinto seguro de não usar a máscara, e claro, quem quiser usar a máscara na Assembleia poderá usar, deverá usar, é recomendável usá-la. O Doutor Tercílio que foi o autor intelectual da nossa lei aqui, foi ele que me ligou dizendo: “Olha, temos que criar uma lei que obrigue o uso da máscara”. Então, a máscara é necessária? É necessária. Cada um que se sentir protegido utiliza a máscara. Então, é uma questão de cada um.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Deputado Goura, *pela ordem.*

DEPUTADO GOURA (PDT): Presidente, também quero me somar, parabenizar a Mesa, V.Ex.^a, pela iniciativa, creio que é tempo já de a Assembleia reabrir e estar

presencialmente ativa. Pergunto também sobre as Audiências Públicas no Plenário, creio que também serão contempladas de forma presencial?

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Sim, serão liberados, o Plenário ficará liberado e, claro, se o Parlamentar achar que deve fazer de forma remota, ele tem a liberdade.

DEPUTADO GOURA (PDT): Presidente e Deputado Romanelli, nosso Secretário, reforçando que as máscaras, quem está com sintomas gripais é um hábito para incorporarmos no dia a dia, é algo que podemos levar para frente.

SR. 1º SECRETÁRIO (Deputado Luiz Claudio Romanelli – PSB): Permite só, Deputado Plauto, antes, sobre essa questão. Vamos, por meio do serviço médico, fazer uma série de recomendações em relação justamente às pessoas que tenham sintomas, continuaremos com os testes aqui, que é da Fiocruz, a Sesau que nos cedeu, à disposição para qualquer pessoa que tenha sintoma, temos os testes no serviço médico. Da mesma forma, as pessoas que tiverem sintomas procurem o serviço médico. Vamos fazer uma série de orientações e de providências que devam ser tomadas. Mas adotaremos isso. Desculpe, Deputado Plauto.

DEPUTADO PLAUTO MIRÓ (DEM): Não, só por curiosidade aqui, essas Sessões a distância, elas vão continuar acontecendo, ou só presencial?

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Só presencial, Deputado Plauto.

DEPUTADO GALO (GALO): *Pela ordem*, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): *Pela ordem*, Deputado Galo.

DEPUTADO GALO (PODE): Senhor Presidente, Romanelli, Gilson. Entenda-se que a Assembleia Legislativa não está declarando que acabou a pandemia,

apenas isso, Sr. Presidente, senão os desavisados vão dizer: "A Assembleia acaba de declarar que não existe mais Covid". Grato, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Não, nada a ver Deputado Galo, até porque praticamente as atividades do Governo, da Prefeitura, da Câmara Municipal, todos voltaram de forma presencial. É claro que se surgir um fato novo vamos ter a responsabilidade de também tomar as providências. Próxima oradora, Deputada Mabel Canto, pelo PSDB.

DEPUTADA MABEL CANTO (PSC): Bom dia, Sr. Presidente. Bom dia a todos os colegas, Deputadas, Deputados, a todos que nos assistem. Que bom a decisão da Mesa, é a vida voltando à normalidade. E espero que com isso também as desculpas sobre algumas coisas que não foram feitas devido à pandemia acabem finalmente. Ouvia atentamente a fala do Deputado Goura sobre a questão da balsa de Guaratuba, do *ferryboat*, enfim, esse é o *compliance* do Governo do Estado. O *compliance* foi o DER, a Secretaria da Infraestrutura, foi a primeira Secretaria a receber o *compliance*, mas é a Secretaria que menos transparência teve durante todo esse tempo. Eu mesma, quantos pedidos de informações fiz ao Secretário Sandro Alex sobre o pedágio, sobre a questão das balsas, da travessia de Guaratuba, sobre outras questões de infraestrutura aqui no Estado, e muitas e muitas vezes não recebemos respostas, ou recebemos respostas incompletas. E o reflexo disso é o que vemos, por exemplo, justamente acontecendo ali na travessia da baía de Guaratuba. E sem contar, Deputado Goura, que além dessa discrepância que temos do prazo dos contratos, dos pagamentos, temos também a questão de que o DER licitou, fez uma licitação de R\$ 1 milhão e 24 mil para fiscalizar justamente essa concessão. Isso porque, segundo o DER, eles não dispõem no seu quadro de um engenheiro naval para realizar a fiscalização ali da balsa, e aí eles pagam mais um milhão para fiscalizar. Então, vocês vejam realmente é uma incompetência total, falo isso com a maior tranquilidade do mundo. E inclusive ontem vi várias festas, o Governo do Estado fazendo várias festas, vários anúncios, na verdade requerendo inúmeras obras que não tinham saído do papel nesse tempo todo, mas que no ano de campanha, no ano de

eleição, estão sendo reiteradas. Digo com muita tranquilidade, o Secretário Sandro Alex, que está saindo nesta semana, já vai tarde, porque para mim é o maior mentiroso do Estado do Paraná, um incompetente frente à Secretaria da Infraestrutura. E olha, admira-me, admira-me tudo o que foi falado ontem, requentaram promessas, requentaram, requentaram, mas não é surpresa também. Mas outro assunto que me traz aqui hoje é um Projeto de Lei que está na pauta em segunda discussão, que inclusive foi motivo de fala ontem de outros Parlamentares, que é a questão do Projeto 108/2022, que institui preço público para a cobrança de despesas e procedimentos na Polícia Científica. Ontem já votei contrário ao Projeto por não concordar que neste momento ainda de retomada econômica a população tenha que ser taxada sobre serviços que devem, sim, ser prestados pelo poder público. Além disso, não há embasamento na justificativa do Projeto de onde saíram esses valores. Tem valores ali de 10 mil, 180, enfim, de vários valores, e não há na justificativa do Projeto justamente de onde saíram, por que temos esses valores nessa tabela. E a questão mais grave que vi no Projeto está relacionada à cobrança de exames de vítimas de crimes. Vejam, por exemplo, está ali: exames de lesões corporais, R\$ 180,00; exame para verificação de violência sexual, R\$ 180,00. Mas espera aí, vamos imaginar aí uma mulher vítima de estupro, ela terá que pagar R\$ 180,00 para fazer o exame? Uma criança, vítima de abuso sexual, terá que pagar R\$ 180,00 para fazer o exame? Não bastasse a violência que essas pessoas já passaram, elas terão ainda que pagar? Isso é inadmissível, é uma falta de sensibilidade de quem fez a proposição desse Projeto para com a população paranaense. Todos os dias estamos aqui falando: “Denunciem violência; mulheres, denunciem; idosos, denunciem”. Mas aí o Governo do Estado faz um Projeto taxando as pessoas vítimas de crimes. Isso, com toda certeza, vai diminuir as denúncias. Olha, uma mulher que foi estuprada, olhe, Deputados, uma mulher que foi estuprada, ela terá que ir ao IML fazer um exame que já é difícil de ser feito e ela terá que pagar R\$ 180,00? É inacreditável isso. Vi aqui também que tem valores, por exemplo, do transporte de corpos, aí tem por quilometragem, então agora o IML vai cobrar para buscar um corpo? Gente, não dá para acontecer isso. Vão cobrar da população paranaense vítimas

de crimes. Até vi que a Oposição aqui fez boas emendas para as vítimas serem isentas do pagamento, mas o Projeto por si só é um absurdo. Votarei “não”, votarei a favor nas emendas que a Oposição protocolou, mas deveríamos repensar o Projeto como um todo, primeiro porque estamos taxando a população. *Ah, mas o Paraná é o único do Brasil que não cobra essas taxas.* Que continue sendo, isso é positivo, não temos que taxar as pessoas, não temos que taxar as pessoas que foram vítimas de um crime. Olha, aqui em Castro esses dias teve a situação de uma família que está com um corpo aí no IML em Curitiba já faz três meses, mas aí terá uma taxa para verificar a identidade desse corpo que vai custar R\$ 50,00 por dia. Já pensou essa família ter que pagar por três meses, R\$ 50,00 por dia? Esses tempos já aprovaram aqui, com o meu voto contra a taxação da Polícia Civil, de taxas que não eram cobradas e que estão sendo cobradas a partir daquele momento. E agora novamente estão atribuindo à população o pagamento de taxas de serviços que não eram cobrados. Não sei se o Governo precisa ter uma renda extra neste ano, não sei o que está acontecendo, mas a população não pode ser taxada, ainda mais neste final de pandemia em que ainda há uma retomada econômica, e até porque acho que não é só por isso, é porque não dá para taxar pessoas que sofreram violência. Isso vai diminuir, sim, as denúncias aqui no nosso Estado. Aí não adianta ficarmos trabalhando aqui e dizendo para as pessoas, fazendo leis, projetos para as mulheres denunciarem, para as crianças vítimas da violência, mas daí o Governo taxa essas pessoas, R\$ 180,00 para se verificar o exame de estupro, de violência sexual. Absurdo, sim, estou perplexa com tamanha insensibilidade aqui do Governo do Estado. Era isso, Sr. Presidente. Meu muito obrigada.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Próximo orador, Deputado Gugu Bueno.

DEPUTADO GUGU BUENO (PL): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados e Sr.^{as} Deputadas que acompanham esta Sessão. Subo e uso a tribuna neste momento, Sr. Presidente, Deputado Hussein Bakri, para marcar a minha despedida desta Casa, meu Deputado. O dia chegou, o momento chegou, e ao contrário do que

alguns possam pensar, despeço-me não com sentimento de tristeza, de lamento e de lamúria, muito pelo contrário, despeço-me neste momento com o sentimento enorme de alegria e de gratidão. Alegria, Presidente Traiano, porque foi para mim, sim, uma grande honra fazer parte desta Casa ao longo desses quase dois anos que aqui estivemos ao lado dos Sr.^s Deputados. Tenho um respeito muito grande por esta Casa, Poder Legislativo do Estado do Paraná, e sempre digo que o Poder Legislativo está umbilicalmente ligado com a própria democracia. A história nos ensina, Sr.^s Deputados, que os regimes totalitários, ditoriais, têm um ponto em comum, esse ponto em comum é ou a ausência do Poder Legislativo, ou um Poder Legislativo enfraquecido. E esta Casa não se enquadra nesse cenário, muito pelo contrário, a Assembleia Legislativa do Paraná é um Poder muito forte, atuante, presente. Nesta Casa, ao longo desses últimos dois anos, foram tomadas decisões importantes para o hoje e para o amanhã do Estado do Paraná. Juntos, atravessamos a maior crise da humanidade desde a Segunda Grande Guerra, que foi a pandemia do coronavírus, e o Paraná venceu essa caminhada, venceu essa luta, mesmo lamentando as milhares de mortes que tivemos, mas a tragédia seria infinitamente maior se as ações importantes do Governo do Estado, em conjunto com esta Casa, não tivessem sido tomadas ao longo desses dois anos. Então, para mim, fazer parte desta Casa, estar ao lado dos senhores que representam cada uma das parcelas da nossa sociedade foi, sim, motivo de grande honra. E a alegria por este momento, ela se completa pela gratidão de tudo isso que vivemos, meu Presidente Traiano, primeiro uma gratidão a Deus, diferente do que o meu sobrenome propõe, ou pode parecer, não sou, Deputado Adelino, e você sabe muito bem disso, não sou filho de nenhuma família rica ou poderosa da cidade de Cascavel. Minha mãe era funcionária do protocolo da Prefeitura da cidade, e meu pai policial. Se alguém chegasse para aquele menino que estudava na 1.^a série da Escola Municipal Hércules Bosquirolli, Deputado Hussein, há 30 e poucos anos, e dissesse para aquele menino que um dia ele estaria na Assembleia Legislativa do Paraná como Deputado, com toda certeza aquele menino não iria acreditar. Por isso, que preciso agradecer a Deus, porque ele me trouxe muito mais longe do que um dia imaginei sequer alcançar.

Deputado Adelino Ribeiro (PATRIOTA): Concede-me um aparte, Deputado Gugu?

DEPUTADO GUGU BUENO (PL): Já lhe concedo, Deputado. Só para vocês terem uma ideia do significado disso, a primeira vez que entrei nesta Casa foi em 2003, como assessor do Deputado Nereu Moura, que aliás deixo aqui registrado minha gratidão e meu respeito ao Deputado Nereu Moura. E nunca, 20 anos atrás, poderia imaginar que um dia estaria usando esta tribuna, que tantas e tantas vezes o vi utilizar como Deputado do Estado do Paraná. Concedo o aparte, Deputado.

Deputado Adelino Ribeiro (PATRIOTA): Queria primeiramente parabenizar pelo período que V.Ex.^a cumpriu nesta Casa, e cumpriu com bastante inteligência, força, mostrou que a cidade de Cascavel quando acolheu V.Ex.^a no voto estava certa daquilo que realmente foi feito. Trabalhou, buscou, fez um excelente mandato como Vereador e buscou a oportunidade de estar aqui no Parlamento. Estamos na mesma caminhada. Tive a oportunidade de estar por dois mandatos aqui, mas também fiquei fora por dois anos e meio, e Deus quis, a vontade divina de Deus, de retornarmos aqui nesses cinco meses ainda poder estar como Deputado com você, para mim foi muito prazeroso, muito mesmo. Vamos estar juntos, sempre falo que não brigamos pelos mesmos votos, os votos do cidadão, as pessoas escolhem quem realmente elas acreditam que podem fazer um bom trabalho para representar o seu eleitor, o seu voto. Então, Gugu, parabéns. Vi aqui, você cresceu muito no meu conceito, sempre achava que você tinha uma boa liderança, mas provou no dia a dia aqui que realmente estávamos certo, a população de Cascavel escolher você como representante aqui desta Casa. Um pouco triste porque Cascavel perde nesse período agora mais um Parlamentar, mas me coloco à disposição para poder ajudar, estamos no mesmo barco. O Governador Ratinho Junior tem um carinho enorme por você e ontem estivemos conversando com o Prefeito Paranhos, e vi nele essa esperança de que possamos voltar mais fortalecidos, muito mais com fé em Deus para cumprirmos a missão que possa estar no futuro a nos propiciar. Então, parabéns pelo período que você

ficou aqui. Hussein, também fantástico, não tem palavra para falar da liderança do Hussein Bakri. Tive oportunidade de ser Deputado com ele aqui e vi na liderança dele, na firmeza e no comprometimento com os companheiros, isso mostra que não estavam errados quando o escolheram para ser o Líder de uma bancada de Deputados preparados, Deputados aqui com 10 mandatos neste Parlamento. Então, mostra que o Governador, além de ser inteligente, escolhe as pessoas para capacitar aqui no Parlamento. Então, parabéns a você e ao Líder Hussein também que desenvolveu aqui um excelente trabalho. Uma pena que vocês saem neste momento, o Parlamento fica um pouco entristecido. Mas não tenho dúvida nenhuma de que daqui a uns dias vocês estarão de volta.

DEPUTADO GUGU BUENO (PL): Obrigado, Deputado Adelino, pelas palavras generosas.

Deputado Bazana (PV): Um segundo só, Deputado Gugu.

DEPUTADO GUGU BUENO (PL): Pois não, Deputado Bazana.

Deputado Bazana (PV): Quero agradecer de coração a sua acolhida, principalmente eu que chego à Casa há pouco tempo, todo o carinho como você nos tratou, tanto você quanto o Hussein. Então, tenho certeza de que a sua caminhada ainda é muito longa, e neste momento externo aqui de coração o meu agradecimento pela sua acolhida nesta conceituada Casa de Leis aqui, todo o carinho que você dedicou e todas as conversas que tivemos e vamos continuar tendo. Que Deus te proteja. Pode ter certeza de que você vai continuar no nosso coração aqui por esse carinho maravilhoso que você nos recebeu. Obrigado.

DEPUTADO GUGU BUENO (PL): Obrigado, Deputado Bazana.

Deputado Alexandre Amaro (REPUB): Um aparte, Deputado Gugu, por gentileza.

DEPUTADO GUGU BUENO (PL): Pois não, Deputado.

Deputado Alexandre Amaro (REPUB): Quero parabenizá-lo por este momento aqui na Casa. E quando o Gugu vem para a Assembleia Legislativa, quem é o Gugu? O Gugu viria para o Bloco do Amaro, do Galo e do Jacovós. Ficamos pensativos, como é que ele vem? Quem é ele? Boas referências, mas nada melhor do que vivermos com você, um cara novo, cabeça, que entende dos assuntos e que é um grande parceiro, não digo que foi não, é um grande parceiro deste Bloco Parlamentar. Então, falo em nome do Bloco Parlamentar, eu, o Galo e o Jacovós, que aqui não está, que você sempre estará conosco, porque esse trabalho que foi feito aqui em grupo, em parceria, isso só soma, só agrega, não é o fato de você não estar aqui sentado conosco que vai nos distanciar. Coloco-me a sua inteira disposição como amigo, como parceiro, indiferente de mandato, porque isso temos hoje, amanhã não temos, mas amizade levamos para todo o sempre. Muito obrigado, Gugu. Muito obrigado, Líder Hussein, também por fazer parte desse grande trabalho e ter nos ajudado neste primeiro mandato a aprender muito sobre a Assembleia Legislativa. Valeu, Gugu.

DEPUTADO GUGU BUENO (PL): Eu que agradeço, Amaro. E já aproveito para agradecer o nosso bloco. Ao nosso Galo, nosso Jacovós. Vocês me acolheram e me acolheram muito bem. E foram muito importantes para o sucesso do nosso trabalho nesta Casa, porque me acolheram com amizade, com parceria, com lealdade e me ajudaram muito ao longo desses dois anos. Mas, Presidente, quero continuar meus agradecimentos para deixar registrado nos Anais desta Casa, peço sua benevolência com a questão do tempo, Sr. Presidente. Mas preciso, evidente, deixar registrado o agradecimento, Amaro, à minha família. À minha esposa, aos meus três pequenos, Enzo, Pietro, Henrico, aos meus pais, aos meus irmãos, enfim, é a família que suporta a ausência em decorrência da nossa luta, da nossa atividade e que está ao lado nosso todos os dias. Preciso agradecer ao nosso Presidente Traiano pela amizade, pela parceria, peça ajuda, pela acolhida. À nossa Mesa Diretora, na pessoa do Romanelli. Aos nossos funcionários na pessoa do nosso Diretor Roberto, Dyllardi, o Bruno, enfim, a todos que nesta Casa nos acolheram tão bem e nos ajudaram no desempenho do nosso mandato como Deputado. Agradecer ao meu Deputado Líder Deputado Hussein Bakri.

Passamos lado a lado muitos e muitos momentos que ultrapassavam as cercas desta Casa, não é meu, Deputado Hussein?... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Pois não, Deputado.

DEPUTADO GUGU BUENO (PL): ... quantas e quantas reuniões discutindo, debatendo horas e horas à noite. Enfim, quero dizer meu, Deputado Hussein, que, com toda certeza, o meu mandato não seria nem 20% do que foi se não estivesse ao lado de uma liderança tão forte com a de Vossa Excelência. Obrigado por tudo. Terá minha gratidão para todo o sempre. Agradecer ao nosso Deputado Marcel Micheletto que é evidente se ele não tivesse dito sim ao desafio que o Governador Ratinho Junior lhe propôs nada disso teria acontecido. Então, Deputado Marcel também tenha minha gratidão por todo o sempre, a nossa parceria e a nossa amizade. Agradecer a todos os Sr. Deputados pelos embates, pelos momentos que passamos juntos. Reconheço em V.Ex.^{as} a legitimidade da representação de cada uma das parcelas da nossa sociedade e que, com toda a certeza, tenho muito orgulho de cada um dos senhores que fazem parte da nossa Assembleia Legislativa do Paraná. Preciso agradecer, Sr. Presidente, aos nossos funcionários, aos nossos servidores que ajudam o desempenho do nosso mandato, em especial, aos nossos funcionários aqui do gabinete de Curitiba: a Melissa, o Ronaldo, a Débora, o João, a Roberta, o Gleison e a D. Maria que estiveram ao meu lado e deram todo o suporte. Um agradecimento especial ao meu amigo, meu irmão Guto Silva, nosso Ex-Chefe da Casa Civil, com quem tive o privilégio de trabalhar na Casa Civil antes de vir a esta Casa e que teve um papel também muito importante para que tudo isso acontecesse. Obrigado, Guto, pela amizade, pela parceria, pelo companheirismo e pela lealdade. Um agradecimento ao nosso Chefe da Casa Civil, Secretário Ortega, em nome dele a todos os Secretários do Governo Ratinho Junior pelo apoio, pelo trabalho em conjunto, por entender as demandas dos nossos municípios, da nossa gente e do nosso povo e por todo apoio que deram ao nosso mandato. E por fim, Sr. Presidente, um agradecimento especial ao nosso Governador Ratinho Junior, Nelson Justus nosso professor. Tenho muito respeito, admiração e orgulho... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Pois não, Deputado, para concluir.

DEPUTADO GUGU BUENO (PL): Concluindo, Presidente. Poderia aqui dizer diversos projetos do nosso Governo. Poderia dizer do *Descomplica, Descomplica Rural*, poderia falar do *Banco do Produtor*, da *Casa Fácil*, do *Paraná Solidário*, do *Cartão Futuro*, do *Ganhando Mundo*, das obras estruturantes, como o Trevo Cataratas, a 280, a Estrada Boiadeiro, a segunda ponte Brasil/Paraguai. Poderia falar dos 172 mil empregos que foram gerados no ano passado, maior geração de empregos da história do Paraná. Os 9% de crescimento industrial. O crescimento industrial maior que o crescimento chinês. Poderia falar de muitas conquistas e projetos importantes do Governo Ratinho Junior, mas o meu orgulho maior é pela pessoa que temos à frente do Poder Executivo Estadual, a pessoa que é o nosso Governador Ratinho Junior. Um jovem preparado, dinâmico, mas um político com sensibilidade, que tem a capacidade de sentir... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Pois não.

DEPUTADO GUGU BUENO (PL): ... meu agradecimento ao povo do Paraná, ao povo da minha cidade de Cascavel, da região Oeste, enfim, da região sudoeste, do noroeste do Paraná. A todos que nos acolheram ao longo desses dois anos, trabalhamos juntos. Espero que tenha cumprido essa minha missão com muito êxito. Dediquei dia e noite de segunda a segunda. Foi, sem dúvida nenhuma, uma grande honra ser Deputado Estadual do Paraná. Obrigado, Presidente, que Deus continue abençoando, iluminando esta Casa e as decisões de Vossas Excelências. Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Deputado Gugu Bueno, queremos aqui, em nome da Mesa Executiva, cumprimentá-lo e dizer que V.Ex.^a não nos surpreendeu pela sua atuação aqui no Poder Legislativo. Já tínhamos as referências do seu trabalho enquanto Vereador e Presidente da Câmara de Cascavel. Fez um mandato excepcional, muito prestigiado. E pode ter certeza de que esta Casa vai manter muito presente na sua memória e de todos aqueles que

aqui estão a sua estada nesses dois anos, com a certeza de que esse período é apenas passageiro e V.Ex.^a voltará para Casa. Entendo que Deputado, enquanto investido do cargo ou depois, mesmo não estando aqui na Assembleia, ele sempre será Deputado Estadual, vai carregar esse nome Deputado para sempre. Então, V.Ex.^a cumpriu uma missão aqui difícil, com o Líder, mas é habilidoso, é uma pessoa que sabe trabalhar de forma articulada e queremos cumprimentá-lo. E com certeza esperamos você de volta aqui no ano que vem, como todos os demais Deputados. Parabéns pelo trabalho e felicidades. *Pela ordem*, Deputado Dr. Batista.

DEPUTADO DR. BATISTA (DEM): Senhor Presidente, está me ouvindo bem?

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Estou ouvindo, sim, Deputado.

DEPUTADO DR. BATISTA (DEM): Senhor Presidente, primeiro, parabenizar a decisão da Mesa Diretiva da Casa quanto ao acompanhamento, digamos assim, do Governador do Estado do Paraná Governador Ratinho Junior, dizendo para que pudéssemos, realmente, tirar as máscaras com conhecimento de causa. Com conhecimento de causa nos hospitais, nas UTIs, junto ao Secretário de Estado da Saúde, para que pudéssemos, realmente, não usar máscara. É facultativo. Sempre tive essa opinião, facultativo. Dei várias entrevistas falando isso. Isso é muito importante. E a decisão da nossa Mesa Diretiva acertada. Quero aproveitar a oportunidade, Sr. Presidente, mandar um abraço muito forte ao Deputado Gugu Bueno, ao Deputado Hussein Bakri. O trabalho que esses dois Deputados fizeram durante ao longo desses anos. O Hussein tivemos dois mandatos juntos. O trabalho que eles fazem é com conhecimento de causa. E o preparo do Gugu, que tive a satisfação de ter uma amizade muito grande com ele. Estive em Cascavel em reunião que participei com ele. Aprendi muito com o Gugu... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Próximo orador, Deputado Galo.

DEPUTADO GALO (PODE): Senhor Presidente, membros da Mesa Diretora, Deputadas, nossa *TV Assembleia*. Bem, hoje estamos ouvindo aqui, senhoras e senhores, tom de despedida. Também estou fazendo meu último discurso, minha última participação no Plenário da Assembleia Legislativa. Estou deixando, estou colocando isso hoje, não é a Assembleia, Presidente, as fileiras do Podemos. Estarei aqui, sim, não mais como partido o Podemos, que é comandado pelo Sr. Álvaro Dias. Na próxima segunda-feira estarei aqui representando outro partido, que acolheu o Deputado Galo, que valorizou o Deputado Galo por aquilo que aprendemos aqui nesta Casa com os senhores, com a nossa Oposição, com todos que aqui se encontram, com as Deputadas, com meu nobre querido nosso lorde. Aqui é um ensinamento para quem quer se preparar para defender a população. Então, a partir de segunda-feira estarei aqui, com muito orgulho, com muito prazer, com a bandeira de outro partido.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Qual o partido, Deputado?

DEPUTADO GALO (PODE): Somente depois da meia-noite, Presidente, do dia 1.^º. Mas V.Ex.^a saberá em instantes. Falarei no seu ouvido aí. Dessa forma, quero dizer e quero fazer, rapidamente, duas questões. Ontem, dentro do Grupo do Detran, dos funcionários do Detran, houve uma informação errônea, dizendo que os Deputados desta Casa tinham votado contra o aumento, o reajuste. Sou o *cabra* que subiu nesta tribuna aqui e pedi o reajuste do Detran, como é que iria votar contra? Votarei sempre a favor de melhorias salariais, em especial para o pessoal do Detran e tantos outros que forem necessários. É claro que temos que acompanhar a formulação ou a fórmula que o Governo do Estado irá apresentar e que, se as categorias aceitarem, ficará de bom tamanho. Então, aqui na Casa, ninguém vai votar contra. E até já solicitei, falei, inclusive, com o nobre e querido o nosso lorde, fazendo um alerta, falei: *Olha, na questão da ajuda de custo, vou chamar assim, não pode ficar de fora ninguém.* Não pode entrar só 99. Tem que entrar todos. E assim votarei. Mas, neste momento, quero colocar, Hussein Bakri, não sei por onde o Hussein se mandou, mas quero, neste instante, dizer que foi

uma honra senhoras e senhores, sentar, ladear o Líder do Governo chamado Hussein Bakri. E olha que já brigamos. Já *fomos pro pau*. E depois veio o entendimento, porque o Hussein só tem uma maneira de conduzir. O Hussein procura mostrar qual é o melhor momento que possa ser levada a solução para a população. O Hussein Bakri já foi xingado. Já bateram no Hussein Bakri em rede social. Já bateram no Hussein em todos os cantos possíveis, mas convivo com Hussein Bakri, que atende o Galo às 4 horas da manhã para fazer um pedido: *Hussein, socorro, me ajude. A Dona Maria dos Cais Cais, lá na Ilha, teve um AVC. Não estou conseguindo transportá-la.* E o Hussein, às 4 horas da manhã, ou 4h30 diz assim: *Galo, vamos nos mexer. Daqui a pouco, Galo, qual o endereço que a ambulância vai lá buscar, vai sair daqui, mas vai pegá-la. Ah, Galo, então você está furando a fila? Não, a mulher teve um AVC.* E a estrutura que temos no litoral ainda é pequena, por mais que façamos. E o Hussein não faz isso só com o Galo. Mas, neste momento, quando o Hussein é retirado da Liderança, por questões políticas, dessa questão toda que envolve a nossa lei, fico triste. Lamento, porque sai um amigo aqui de dentro, sai um professor e sai um defensor. Sempre que o Hussein defende o Governo, e mesmo estamos na Base e quero que todos saibam, aqui ninguém é robô. Aqui ninguém é alienado. O Hussein nos franqueia a conversa. Mesmo que saímos da sala do Hussein e diga assim: *Hussein, não concordo, mas vou te acompanhar.* Pelo jeito querido, pelo jeito irmão, pelo jeito amigo que esse homem sempre conduziu aqui. Perde o Governo do Estado. Senhor Governador Ratinho Junior, o senhor perde, neste momento, aquele que fez o elo, aquele que tocou o seu Governo dentro da Assembleia Legislativa. Fico muito triste em saber que esse parceiro, esse orientador e apaziguador, porque vejo a maneira como o Mauricio, como o Veneri e todos que fazem parte da Oposição conduzem respeito ao Hussein Bakri. Quantas vezes vi o Mauricio, que tem um discurso duro, forte, que gosto, sou admirador dele, dar um tapinha no Hussein e os dois sorrirem e, de repente, estão no embate, mas o embate aqui, não é um embate pessoal. Então, Hussein, quero que saiba que lamento profundamente se V.Ex.^a não tiver condições, e acredito que não há neste momento nenhuma possibilidade de continuar sendo nosso Líder. Aprendi muito

com Vossa Excelência. Vossa Excelência me chamou a atenção diversas vezes, assim de maneira severa, mas de uma maneira de mostrar: *Galo, não é aqui.* Vossa Excelência já entrou no meu gabinete lá trás com papel na mão dizendo: *Você está louco, Galo. Olha isso aqui.* E chegarmos a um consenso. O Hussein sempre defendeu e o Hussein não tem caneta para atender a todas as solicitações que os policiais fazem, que os professores fazem. Não é o Hussein. Tem que ser muito, mas muito ser humano forte. Tem que ter um caráter para poder dizer assim: *Governador, vou conduzir, mas é um pepino.* Porque quantas vezes o Hussein me disse: *Gostaria muito, Galo. Se pudesse daria 6, 10, 15, 20, mas temos uma planilha e acabamos encontrando dificuldades no meio do caminho.* Então, esse homem que se encontra aqui não brinca em serviço. Representou e foi sempre leal ao Governador Ratinho Junior. Senhor Governador, o senhor teve, talvez, até este momento, a pessoa mais leal aqui dentro. E quero lembrar o Governador, quando estive em um café com V.Ex.^a, quando o senhor assumiu o Governo, o senhor me disse: *Vou lhe indicar duas pessoas, Deputado Galo, que estarão lhe orientando e cuidando, um é o Hussein Bakri.* Que me ligou e ainda falava assim: *Você que é o Galo? O que você está falando?* Ele estava me zoando. E o outro ele disse: *Marcel Micheletto.* Marcel Micheletto vou deixar de lado. Mas o Hussein Bakri, a partir daquele momento, assumiu o compromisso de orientar, de dizer: *Vem cá, neguinho; vem cá, Seu Galo, vou tocar com você como é a Assembleia Legislativa.* Termino dizendo a você, Hussein, são poucos neste mundo, são poucos na vida, quando V.Ex.^a passar quero aplaudir e dizer: *Aí vai um grande político; aí vai um homem comprometido com a verdade para tentar fazer o melhor para a sociedade.* Deixo aqui a V.Ex.^a meu carinho. Vossa Excelência só não se meta mais a dançar *TikTok*, aí complica. Mas como um homem de palavra, um homem que sabe conduzir, ainda não vi. Deixo aqui o meu carinho, meu respeito por você. E aquele próximo que virá depois de você, Hussein, meu querido Gugu, que conduziu tão bem, que fique sabendo que aqui não tem cordeirinho. Não vem com *tratoraço* para cima do Galo que vai ser difícil. Porque não sei quem vem, mas quem vier, no mínimo, V.Ex.^a fique sabendo, não chegará ao dedinho de tudo que você fez. Era isso, Sr. Presidente, a minha

homenagem ao Hussein Bakri, essa grande liderança. *Salaam Aleikum*. Vida longa, Presidente. Depois conto no seu ouvidinho o partido. Vamos à vitória. Entendeu, não é?

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Aham, entendi! Meia palavra basta, Deputado, já entendi o caminho que V.Ex.^a vai tomar. Ele tem nome, Maria Victória, Deputado Hussein.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Meus cumprimentos a todos. Antes quero falar de trabalho. Respeitosamente, gostaria que, como sempre fiz nesses três anos e três meses, divergi com respeito. E se em algum momento fiz fora disso, aqui, humildemente, peço desculpas, que não reste mágoa no coração de ninguém. Faço isso. E hoje o motivo da divergência que trago é essa questão da possibilidade de fazer emendas que aumentem em despesa. Vou carregar para sempre essa premissa. Respeito o que o Deputado Fruet falou aqui, mas não concordo. Não é dado ao Legislativo essa prerrogativa. Senão vejamos: imagina uma Câmara de Vereadores, se o Prefeito tivesse minoria, eles iriam inviabilizar a Prefeitura com aumento de despesas. Uma Assembleia ou o próprio Congresso. Respeito. Mas a Justiça é assim, para isso que precisa de mediador, que cada um entenda do seu lado. Entendemos e não queremos colocar em risco esse Projeto. É isso. Ontem o Deputado Homero foi muito feliz na CCJ quando ele disse: *Olhem, tome muito cuidado para não inviabilizar o Projeto*. Queremos dar o que é possível. E a nós é dado o direito de votar “sim” ou “não”. É isso, respeitosamente, Deputado Fruet. Quero me reportar à Deputada Mabel, da mesma forma respeitosamente, a minha assessoria jurídica me informou que em relação ao Projeto, o Paraná é o único Estado que não cobra algumas ações da Polícia Científica. Único da Federação. As vítimas hipossuficientes estão fora dessa cobrança. A senhora pode ficar tranquila na sua preocupação, Deputada Mabel, não será cobrado delas. Os atos judiciais já estão abarcados pela Justiça gratuita, não tem essa condição. Existem muitas outras ações que não são cobradas e serão passíveis de cobrança. Gostaria também de informar que a Sesa estará anunciando hoje 150 milhões de cirurgias eletivas. Acho que é algo alvissareiro

para todos nós. Precisa disso com bastante urgência. Gostaria, neste momento, Sr. Presidente, de dizer que o resultado do que vai acontecer da votação aqui faz parte do processo. Evidentemente, em algum momento, logo em seguida, depois que eu falar, os ânimos podem até se exaltarem um pouco em função da votação. Uns entendem assim, outros entendem de outra forma, faz parte do processo. Não queria que essa imagem ficasse na minha saída daqui hoje. E confesso que estou chegando mais perto dos 60 anos de idade e quem tem essa idade sabe que ficamos mais emocionados. Comecei minha carreira pública, Presidente, em União da Vitória, com 20 anos de idade. O meu pai imigrante libanês decidiu que tinha que ser político, visto que meus avós foram políticos no Líbano, paterno e materno. Fui o Vereador mais votado. Fui Prefeito, reeleito. Fiz meu sucessor. E, na minha primeira eleição para Deputado, no PSDB, fiz 33 mil votos e fiquei na quarta suplência. Não assumi nenhum dia, Presidente. Nenhum dia. Portanto, o fato de ser suplente, não me diminui em nada. O fato de ser suplente, já convivi perfeitamente com esse fato. O que não tinha convivido, até o presente momento, é com essa possibilidade que foi me dada pelo Governador Ratinho Junior, ao chamar o Secretário Guto Silva e o Secretário Marcio Nunes, de estar aqui neste cargo três anos e três meses. Vocês não imaginam o tamanho da honra, o tamanho da gratidão que sinto por parte do Governador. A gratidão que tenho de todos os colegas aqui em função das votações difíceis que passamos aqui, dos processos complicados e vocês não faltaram nunca. Quero agradecer à Mesa, ao Presidente Traiano, ao Romanelli, ao Gilson pelo apoio que me deram, pois, sem ele, talvez, não pudesse chegar aqui com todo esse conjunto de realizações que chegamos. Projetos importantes para o Paraná. Projetos que, evidentemente, não foram do agrado de todos, mas foram projetos importantes para o nosso desenvolvimento. Quero agradecer, Sr. Presidente, inicialmente ao Tiago Amaral, que foi meu Vice-Líder. Tive o prazer de conviver com ele. Essa pessoa espetacular, competente, dedicado, um conhecimento jurídico fantástico. Agradecer ao Deputado Soldado Adriano. Agradecer ao Deputado Cobra. E, especialmente, nesse período agora, quero agradecer ao Gugu Bueno. Segundo o Homero, o melhor tribuno desta Casa. Uma grata revelação. Faz um trabalho

fantástico. E, certamente, estará entre nós no próximo mandato. Quero agradecer à minha equipe, que teve a paciência de me aguentar. Não é fácil. Quero agradecer à Dr.^a Isabel, o meu jurídico Marcos. Quero agradecer ao Leonardo, a toda equipe de gabinete porque a missão de ser Líder do Governo, Deputado Arilson, depois quero falar um pouquinho da Oposição, deixar meu abraço para vocês, não é uma missão fácil. Muitas vezes, você tem uma matéria, uma Lei Complementar, você tem uma PEC, você vai dormir contanto os votos. Sou muito ansioso. E, muitas vezes, não dormi, porque a responsabilidade é imensa de chegar no outro dia e trazer o resultado. E ainda carregando, comigo, a questão de ser suplente. Não vou negar para vocês. É verdade. Mas, graças a Deus, conseguimos vencer tudo aqui dentro. Quero agradecer à Oposição pelo respeito que tivemos. O Deputado Arilson, os demais colegas. Acho que esse respeito foi mútuo no seguinte aspecto, vocês nunca atrapalharam o Paraná. Quando vocês divergiram vocês fizeram de maneira respeitosa. Também sempre respeitei a Oposição, procurando dar as respostas. Nem sempre, talvez, no momento adequado, no momento certo, mas sempre procuramos respeitar. Quero, não sei se vou esquecer de alguém ou não, mas quero dizer a vocês que estou muito emocionado hoje. Confesso. Não sou apegado ao poder, mas é uma vida não é, gente? Todo dia que subo aquela escada da Liderança do Governo, é uma vida, não é, porque... (Aplausos.) Então, assim, quero então... nem tenho mais o que dizer, só agradecer a todos vocês e quero visitar alguns colegas lá, na Câmara Federal, alguns colegas que estão aqui, quero, se Deus quiser, reencontrar-me com vários colegas aqui no próximo mandato. Vou entrar agora em outro processo na minha vida, vou partir para um... primeiro para reencontrar minha família, porque fiquei, vocês que foram líderes sabem, ausentamo-nos muito. Praticamente me isolei da minha família esses três anos e três meses, e vou entrar em um novo processo agora. Então assim, para finalizar, quero agradecer a todos vocês...

Deputado Nelson Justus (DEM): Vossa Excelênciame concede um aparte?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSDB): Claro, claro. Fique à vontade.

Deputado Nelson Justus (DEM): Faço questão de me dirigir neste momento porque vejo a sua emoção e a dificuldade de falar. Então, faço questão de interromper e de cumprimentar incialmente pela confiança, porque V.Ex.^a já cumprimentou o Deputado Gugu Bueno e todos, com a certeza de que se encontrará o ano que vem aqui, nesta Casa. Isso é muito positivo de alguém como o senhor. Fico muito feliz, já tive a oportunidade de lhe dizer ontem, Hussein, que você chegou aqui a esta Casa com esse jeito carinhoso e muito especial e conquistou todos, da mesma maneira que tenho certeza de que V.Ex.^a conquistou milhares e milhares de eleitores em todo o Estado e cumpriu com o seu papel. Você foi um Líder realmente com muita competência, fez a sua lição de casa. Chegou titubeante, aprendeu na marra e defendeu as coisas que tinha que defender. Mas V.Ex.^a tem uma característica muito especial, e vou lhe chamar de turquinho, você é um bicho jeitoso mesmo, todo mundo aqui gosta de você. Você vai e volta, com certeza vamos nos encontrar aqui no próximo mandato. Parabéns, Hussein. Deus que te abençoe e te ilumine e os seus colegas tiveram muita felicidade ao escolhê-lo como Vice, como Líder. Você é efetivamente um Líder, não do Governo, você tem uma liderança especial. Seja... passa essa sua emoção e... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Som, por favor.

Deputado Nelson Justus (DEM): Vamos continuar juntos com certeza aqui ou fora daqui. O importante, Hussein, é que você é um homem de bem e essa Assembleia sente-se honrada em tê-lo como Líder e como companheiro aqui. Parabéns e, como diz você, vida longa. Vá em frente, turquinho, que você merece.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Muito obrigado a todos. Não sei se tem alguns segundos aí, Deputado Caputo, senão encerro.

Deputado Michele Caputo (PSDB): Só quero compartilhar das palavras que já foram ditas, Hussein, porque o meu respeito com você na qualidade de Líder do Governo foi crescendo aqui nesta Casa. Todas as questões que levamos você encaminhou. Obviamente, algumas aconteceram do jeito que gostaria e outras

não, mas isso faz parte aqui do Parlamento e você sempre respeitou. Agora tenho uma crítica muito severa a você que preciso fazer a bem da verdade: o tal do quibe nunca vimos.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): É verdade. Devo, não nego e vou pagar. Então, um abraço a todos vocês. Muito obrigado pelo carinho de todos.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Deputado Hussein, Deputado Hussein, imagino o tamanho da emoção de V.Ex.^a e deu para perceber na sua fala da tribuna. O cargo mais espinhoso do Poder Legislativo, seja aqui na esfera estadual ou na esfera federal, é a função do Líder do Governo. Tanto eu quanto o Romanelli já passamos por essa experiência e sabemos o quanto é difícil comandar e administrar tendências de toda ordem, independentemente de estarem na Base do Governo, mas com pensamentos muitas vezes divergentes daquilo que propõe o próprio Governo. Não é só a Oposição que também trabalha com o contraponto. A própria Base tem suas posições e V.Ex.^a, na missão de Líder durante esses três anos e meio, foi muito habilidoso, capaz, compreensivo, enfrentou batalhas duras, muitas vezes até tendo que fazer o enfrentamento com o próprio Governo para mudar determinadas propostas que o Governo propunha aqui na Assembleia e foi vitorioso. Por isso precisamos enaltecer o seu trabalho, da sua equipe valorosa, que é fundamental na Liderança do Governo ter uma estrutura de servidores, de funcionários que dê essa sustentabilidade ao trabalho do Líder. Quero cumprimentar a sua equipe, mas de forma especial Vossa Excelência. Tenho convicção de que, ao fazer a última fala enquanto neste mandato, sai aplaudido em pé por todos os Deputados por essa excepcional e boa convivência e bom relacionamento. Conhecemos o estilo do turquinho, sim, às vezes no primeiro momento no seu ímpeto um pouco agressivo, mas depois recua, sabe ouvir e esta Presidência, em nome da Mesa Executiva, quer cumprimentá-lo e agradecê-lo por essa convivência que tivemos aqui de forma fraterna. Tenho certeza de que o Governador e o Governo devem muito a V.Ex.^a nesse período, em missões difíceis que aqui enfrentamos. Vossa Excelência acaba de fazer aqui uma fala em relação às mensagens que acabaram de chegar

e é realmente preocupante, não se satisfaz na plenitude a todos. Nós mesmos, Deputados, estamos recebendo mensagens de todo o Estado de servidores insatisfeitos, mas infelizmente a decisão não passa pelo Poder Legislativo, porque a prerrogativa de decidir sobre determinadas matérias, principalmente como essa, é exclusivamente do Poder Executivo. Sei do empenho da Oposição, do empenho dos Deputados da Base para mudar determinadas legislações. Infelizmente, não é prerrogativa nossa porque a Constituição de 88 praticamente nos limitou e engessou o Poder Legislativo, e, infelizmente, não conseguimos mudar isso. Havia uma PEC no Senado Federal que o Senador Anastasia vinha trabalhando, mas me parece que também lá não há o interesse de nos dar uma prerrogativa maior para legislar aqui no Estado do Paraná e em todo o Brasil. Quero cumprimentá-lo, dizer da alegria de podervê-lo aqui, com saúde, principalmente, porque essa é uma missão muito difícil. Tenho certeza, V.Ex.^a voltará aqui para a Casa, será sempre muito bem lembrado e a convivência que estabeleceu com a Base e com os Deputados da Oposição acho que merece também o nosso respeito. Mas entendo que para concluir a sua brilhante fala, Deputado Hussein, em homenagem à Oposição, V.Ex.^a deveria fazer uma saudação daquele estilo aos Deputados da Oposição porque eles vão gostar muito desse seu último momento aqui na Casa. Agora, pois não. Deve fazer.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): "Olha ali, só queria dizer uma coisa para você, companheiro. A população tem que voltar a comer carne e viajar de avião". (Aplausos.) Presidente, tenho mais personagens, tenho vários personagens, mas daí temos que combinar o *couvert* artístico, porque sou descendente de...

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Mas como V.Ex.^a receberia o Deputado Requião no glorioso partido?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): "Olha Requião, queria dizer uma coisa pra você, é o lugar que você sempre devia estar, companheiro, no PT". (Risos.) Gente, obrigado, nesse clima que encerramos aqui, mas a brincadeira é séria: temos aqui, Presidente, pelo menos mais 10 personagens, alguns, inclusive,

Secretários de Estado, mas, assim, tenho seis secretários... mas assim, o que acontece?

DEPUTADO LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI (PSB): Peça para a Robertinha te ajudar aqui...

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Mas assim, a Robertinha me ajudar ia dar problema. Então, assim, combina com a Robertinha o *couvert* artístico, sou turquinho, não faço de graça. Já fiz uma de graça, agora chega.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Robertinha podia fazer também uma imitação, mas acho que ela está com problema. Próximo orador, pela Liderança da Oposição, Deputado Arilson, já está na tribuna.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Quero começar saudando aqui o Deputado Gugu Bueno que também deixa a Casa, nosso respeito, boa sorte a V.Ex.^a, e saudar de forma especial o Deputado Hussein Bakri. Uma pessoa que respeito, gosto muito, admiro. Temos os nossos contratemplos por conta da política, mas foi um grande Líder do Governo. Perde o Governo, o senhor é um bom Líder, até porque defender esse Governo não é para qualquer um, é muito difícil. Vossa Excelência tem o meu respeito pela habilidade e pela forma pacífica de convivência que tivemos. Avançamos em alguns pontos, não conseguimos convergência em outros, mas V.Ex.^a sempre foi respeitoso conosco. O senhor sabe também que a Oposição aqui é uma Oposição, além de crítica, também é construtiva. E tentou nos momentos mais difíceis, como hoje, tentar melhorar a situação do Estado. Hoje é um dia ruim para o servidor e para esta Casa ao perder V.Ex.^a. Para o Governo é duas vezes perda: perdeu talvez a sua melhor peça política de condução e de tentar articular as coisas aqui dentro. Quero desejar boa sorte ao senhor. Tomara que tenha sucesso no próximo pleito e consiga voltar à Casa. Mas quero, desde já também, Presidente, direcionar-me a V.Ex.^a na fala que coloca aqui que não é poder desta Casa fazer alteração orçamentária, perdão, alteração parlamentar que seja imbuída de gasto com despesa de pessoal. Não é verdade isso. Temos que entender que essa emenda

proposta pela Oposição e pelo Soldado Fruet, a emenda número 1 ao Projeto de Lei n.º 106, que trata da reestruturação da Polícia Militar, Científica e Civil, tem todas as condições de ser acatada e feita: o primeiro passo é o jurídico. Existe um julgado em 2015, do STF, a ADI 3.924, Ação Direta de Inconstitucionalidade do STF, que decidiu que é possível por meio de emenda parlamentar a Projeto de Lei do Executivo que cria cargo ou aumenta remuneração, desde que haja estimada a despesa e a respectiva fonte de custeio. Podem procurar. Aliás, tem que avisar o Governo do Estado para olhar os informativos do STF, principalmente o informativo 773, que lá consta essa decisão. Existe aqui nesta Casa e já foi apresentado por meio da emenda e hoje existe um recurso feito pelos Deputados da Oposição, que não conseguiram os 14 votos, assinaturas necessárias, conseguimos 12, mas existe um pedido do Deputado Fruet para que seja revista em Plenário a decisão da CCJ. Aliás, fica aqui a minha menção à CCJ: temos que discutir melhor esses temas. Existe espaço jurídico. O Governo do Paraná não quer promover o aumento necessário: dinheiro existe em abundância. O próprio Projeto que veio colocado aqui, por esta Casa, prevê na rubrica orçamentária, na LDO, 283 milhões de dividendos da Copel e da Sanepar. O próprio Governo, com pompa, com imprensa, com propaganda – que, aliás, sabe fazer muito bem propaganda, não tem ação, não tem projeto, mas propaganda tem boa – colocou que a Copel teve 5,1 bilhões de lucro; um bilhão 181 milhões da Sanepar em lucro, desse lucro, 50% é dividendo. Ou seja, próximo de 3 bilhões será repatriado aos cofres do Tesouro Estadual. Se o Paraná detém 31% da Copel, 31% da Copel, 20,5 da Sanepar, logo de cara a conta seca, básica, dá-se R\$ 900 milhões a mais ingressos no cofre do Estado de fonte livre. Pode usar para qualquer coisa, inclusive para pagar encargo. Foi encaminhado por essa Oposição o excesso de arrecadação já divulgado pelo Estado, mas não contabilizado, porque é uma manobra contábil não contabilizar para vir com esse discurso aqui dentro, igual alguns Deputados usaram ontem: não tem recurso. Temos que ser prudentes. Mas sejam prudentes com a publicidade. Vocês não querem fazer os ajustes financeiros para dar reposição que custa perto de 160 milhões, mas têm coragem de gastar no ano de eleição 170 milhões de publicidade. Tem escolha política

aqui! Cadê a transparência do que será feito com o dividendo da Sanepar e da Copel? Cadê? Cadê o Portal da Transparência? Estamos desde 2019 gritando aqui: transparência, cadê o Portal? Cadê as informações? Não existe! Sabe por que não existe? Porque não existe *compliance*, existe a propaganda do *compliance*. Existe o Governo 5.0, Governo com a baixa média de aprovação, porque, na nossa época, Deputado Tadeu, de colegial, para baixo de nota seis era reprovado. E o Ratinho e o seu Governo será reprovado em outubro pela população, por conta dessas atitudes. Cadê a lista de beneficiários dos 17 bilhões de renúncia fiscal conforme prevê o artigo 198 do Código Tributário? Não tem, não tem! Sabem por que não tem? Não pode ter, porque vai desnudar quem são os *amigos do rei*. E de repente isso não é uma boa coisa na política. Por isso está tendo tudo isso aqui. Existe dinheiro, existe a emenda que pode ser aprovada; existe, sim, a autonomia de esta Casa incrementar o gasto de pessoal desde que for mostrada a fonte da receita e desde que acompanhe o processo legal. Quem que deu entrada nesta Casa ao Projeto do Executivo, ao Projeto do Legislativo? O Executivo. Não tem vício de origem, veio pelo Governo. Estamos emendando, aumentando e indicando da onde vai sair o dinheiro. É totalmente constitucional. Mas, tudo bem, que não fosse constitucional, o Governo tem autonomia de tirar e botar novamente um Projeto com valor maior. O que está faltando aqui é vontade política e temos que deixar isso claro. E não vou aceitar e nenhum Deputado da Oposição aqui, que fique se dizendo que não pode, que é *inconstitucional*, que não tem dinheiro, isso é mentira. Não é verdade isso! Não vamos ser rotulados e nem acusados como fomos ontem, aqui, de hipócritas, de estar *jogando para a torcida*. Se tem uma coisa que tenho na minha vida é lado e, o dia que perder o lado, perco o porquê de estar aqui. Não tenho dinheiro, tenho um nome, e o dia que sujar meu nome não devo estar aqui. Não quero fazer que ninguém que conviva comigo, que goste de mim, passe vergonha. E não vou aceitar ser caluniado como qualquer Deputado da Oposição. Recebi muitos áudios, muitas mensagens. A *fake news* está sendo espalhada pelo Governo do Paraná, que não tem postura de assumir a verdade, Deputado Mauricio Requião. E agora está dizendo que a culpa é dos Deputados. Vamos sair daqui com a pecha de errados

nesse processo, que não demos o aumento que devia. Tentamos dar o aumento, sim, o Governo não quer! Não quer! Tem que ter postura, tem que ter posição, tem que vir aqui, se os Secretários do Governo não têm coragem de vir falar, saiam do Governo que tocamos esse Governo! Tem que ter coragem, é hora da verdade e a verdade é com "V" maiúsculo. O Governo inovador, o Governo da modernidade, primeira coisa é o Governo transparente e transparente nos seus atos. Precisamos, sim, de uma discussão, esta Casa precisa também participar mais. Fico indignado, de verdade, mesmo com toda essa manipulação constitucional, ilegal que foi feita pelo Governo do Estado, vamos votar favorável ao Projeto. Mesmo entendendo que não é o que deve ser feito e repassado para os servidores, mas também não podemos deixar que não recebam nada. Existe crise econômica, existe crise social, existe crise sanitária e, pior, no Paraná, tem crise governamental que não sabe para onde vai. Basta ver a balsa de Guaratuba que conseguiram, em duas, trombar uma na outra, em mar aberto. Esse é o Governo: trocou o que dava errado para o que pode ter piorado e colocado a vida de muitas pessoas em risco. É um Governo que está à deriva, à deriva. Às vezes é tão próximo do Bolsonaro que devia requisitar o Marcos Ponte, astronauta, para indicar o caminho que está no espaço, para ver o que pode ser feito. O Paraná precisa de pulso firme, de direção; o Paraná precisa daqueles que venham e mostrem os números de verdade. Não dá para o Secretário da Fazenda vir aqui e falar que tem dinheiro, e depois os Deputados da Base dizer que não tem dinheiro! Não dá para o Secretário da Fazenda vir aqui e falar que tem margem fiscal e depois os Deputados da Base falar que não tem margem fiscal. Gente, tem que decidir, tem que decidir! E não pode chegar um Projeto aqui aos 46 minutos do segundo tempo... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Deputado, por favor, para concluir.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Poderia, Presidente, poderia questionar muito o método jurídico e legislativo adotado por esta Casa, por este Projeto chegar fora de hora e não cumprir, rigorosamente, o Regimento. Mas a

necessidade dos servidores do Estado não pode ser prejudicada por conta disso. O pouquinho que será dado, muito longe do necessário, é um sinal positivo. Mas espero que consigamos discutir isso melhor nos próximos projetos e espero também que o Governo tenha um olhar de verdade para o Estado do Paraná. Se quer um Estado, se quer ser Governador e quer administrar um Estado, tem que dar condições para quem toca o Estado fazer o seu trabalho, ou vira senhor de empresa e toca de outra forma. Se quer tratar de política pública, entenda que no lugar de renunciar dinheiro para grandes empresas, tem que investir na política... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Registro a presença na Casa dos Vereadores de Francisco Beltrão, Jean Emiliano, Ademir Barbeiro e Cidão, por solicitação desta Presidência e do Deputado Wilmar Reichembach. Da mesma forma, dos Vereadores da cidade de Colorado, Sr.^a Kely Di Martini e Sr. Bruno Viotto, por solicitação do Deputado Homero Marchese; do Vereador de Nova Cantu, Sr. Wilson de Moraes Souza, por solicitação do Deputado Alexandre Curi; de Francisco Beltrão, já acabei de anunciar aqui, e também o Deputado Anibelli se associa aos cumprimentos. Sejam todos bem-vindos. Passamos à Ordem do Dia.

ORDEM DO DIA.

[Iniciou-se a apreciação das matérias constantes da Ordem do Dia. Presidente sem voto. Votações realizadas pelo processo simbólico ou através de aplicativo para votações. Para cômputo do quórum, registrou-se a presença dos seguintes Parlamentares: Adelino Ribeiro (PATRI), Ademar Traiano (PSDB), Alexandre Amaro (Republicanos), Alexandre Curi (PSB), Anibelli Neto (MDB), Arilson Chiorato (PT), Artagão Junior (PSB), Bazana (PV), Boca Aberta Junior (PROS), Cantora Mara Lima (PSC), Cobra Repórter (PSD) Coronel Lee (PSL), Cristina Silvestri (CDN), Delegado Fernando Martins (PSL), Delegado Jacovós (PL), Douglas Fabrício (CDN), Dr. Batista (DEM), Elio Rusch (DEM), Francisco Bührer (PSD), Galo (PODE), Gilberto Ribeiro (PP), Gilson de Souza

(PSC), Goura (PDT), Gugu Bueno (PL), Guto Silva (PSD), Homero Marchese (PROS), Hussein Bakri (PSD), Jonas Guimarães (PSB), Luciana Rafagnin (PT), Luiz Carlos Martins (PP), Luiz Claudio Romanelli (PSB), Luiz Fernando Guerra (PSL), Mabel Canto (PSC), Marcio Pacheco (PDT), Maria Victória (PP), Mauro Moraes (PSD), Michele Caputo (PSDB), Nelson Luersen (PDT), Nelson Justus (DEM), Nereu Moura (MDB), Paulo Litro (PSDB), Plauto Miró (DEM), Professor Lemos (PT), Reichembach (PSC), Requião Filho (MDB), Ricardo Arruda (PSL), Rodrigo Estacho (PV), Soldado Adriano José (PV), Soldado Fruet (PROS), Tadeu Veneri (PT), Tercílio Turini (CDN), Tiago Amaral (PSB) e Tião Medeiros (PTB) (53 Parlamentares); **Deputado ausente sem justificativa:** Evandro Araújo (PSC) (1 Parlamentar).]

Projetos que necessitam de Apoio.

Projeto de Lei: (Com apoio e encaminhado à Diretoria Legislativa para registro, autuação e tramitação.) **Autuado sob o n.º 118/2022**, do Deputado Coronel Lee, que institui o Dia do Jovem Empreendedor Nikkei, a ser comemorado anualmente no dia 11 de setembro. Deputados que apoiam permaneçam como estão, os contrários que se manifestem. **Apoiado.**

Passamos aos Itens da pauta.

Temos uma redação final.

ITEM 1 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 69/2022, de autoria dos Deputados Ademar Traiano e Hussein Bakri, que altera a Lei n.º 20437, de 17 de dezembro de 2020, que institui a taxa de registro de contrato com cláusula de alienação fiduciária em operações financeiras, consórcio, arrendamento mercantil, reserva de domínio ou penhor. Deputados que apoiam permaneçam como estão. **Aprovado.**

ITEM 2 – 3.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 14/2022, de autoria do Tribunal de Justiça, Ofício n.º 2/2022, que altera a redação do art. 136 da Lei Estadual n.º

16024, de 19 de fevereiro de 2008 – Estatuto dos Funcionários do Poder Judiciário do Estado do Paraná. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Finanças e Tributação. Substitutivo Geral do Tribunal de Justiça. Aplicar neste turno Substitutivo Geral aprovado em segunda discussão. Em discussão. Em votação. Votando. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Pedimos voto “sim”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Ainda pendentes os votos do Delegado Fernando Martins, Delegado Jacovós, Douglas Fabrício, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Nelson Luersen, Plauto, Soldado Adriano José, Tadeu Veneri e Tercílio Turini. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** *Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Delegado Jacovós, Dr. Batista, Elio Rusch, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Guto Silva, Hussein Bakri, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Maria Victória, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tiago Amaral e Tião Medeiros (47 Deputados); Votou Não: Homero Marchese (1 Deputado); Não Votaram: Ademar Traiano, Douglas Fabrício, Evandro Araújo, Marcio Pacheco, Soldado Adriano José e Tercílio Turini (6 Deputados).]* Com 47 votos favoráveis e 1 voto contrário, **está aprovado o Substitutivo Geral.**

ITEM 3 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei Complementar n.^º 2/2022, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.^º 16/2022, que institui o Quadro Próprio da Polícia Penal do Estado do Paraná (QPPP), bem como regulamenta a transformação do atual cargo de Agente Penitenciário. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de

Finanças e Tributação e Comissão de Segurança Pública. Emenda da CCJ. Regime de urgência. Emendas de Plenário com parecer contrário da CCJ. Vamos submeter ao voto o Projeto, ressalvada a emenda da CCJ. Deputado Michele pode encaminhar, por favor.

DEPUTADO MICHELE CAPUTO (PSDB): Bom dia, Presidente, Deputados e Deputadas e todos que nos acompanham. Bom dia aí aos Vereadores, servidores e suas lideranças aqui presentes. Quero encaminhar favorável porque tenho como missão de vida e servidor público que sou do Estado, 1º de abril completo 37 anos de carreira, primeiro não desconheço os avanços que esta Casa fez em criar o órgão da polícia penal, em apoiar a transformação dos agentes penitenciários em policiais penais. Agora encaminho a favor, vou votar como já votei ano passado, no final do ano, mas faço questão absoluta de lamentar que a emenda que fiz ontem, para colocar na discussão desse quadro de servidores da polícia penal, porque há uma confusão de alguns e sei que sou minoritário, mas para mim não importa se sou minoritário ou não, há uma confusão de alguns com relação a quem deveria ser o policial penal, que para mim é muito claro que é só o agente penitenciário, e o que vem a ser um órgão? O órgão da polícia penal sucede ao Depen e o Depen não tem só agente penitenciário, o Depen tem agente de apoio, de execução e agentes profissionais. Quando comecei a conhecer melhor o problema dessas categorias, eles eram 550, hoje são quase 400, daqui a cinco anos estarão extintos! E correm riscos, no tempo que os agentes correm e reconheço essa atividade como muito difícil e perigosa, mas também correm riscos. São dezenas de relatos de psicólogos, de enfermeiros, de técnicos, que sofrerem violência por parte de presos. Agora há pouco, lá atrás, conversando com um policial militar que faz a segurança desta Casa, ele me mostrou que foi assassinada uma psicóloga lá, no Presídio de Catanduvas, porque sei que é um presídio federal, por conta do rigor da classificação que ela fez. Então, esses profissionais, muitas vezes, são mais perseguidos por conta de que a ação deles é que determina o nível e o regime daqueles faccionados, principalmente, que esse criminoso de maior periculosidade vai passar. E também é ilusão – acho que aqui temos um consenso pelo menos nisso – que o sistema penitenciário não é só

encarceramento, não são só as atividades que são extremamente importantes que os agentes penitenciários sempre fizeram e agora têm esse reconhecimento, também, como policial penal que são, de direito, mas também tem outras ações inclusive determinadas por leis. Fica aqui esse meu voto, peço também o voto favorável da Deputada Mabel e da Deputada Cristina – porque estamos combinando votar sempre em bloco aqui no PSDB, mas não poderia, Presidente, e já disse às Lideranças ali que respeito muito e que foram extremamente educadas, porque nem sempre tive, nessa causa, pessoas que me respeitassem. Vocês me respeitaram, meu voto de qualquer forma seria esse, está certo, agora o respeito é devido, porque se o turquinho aqui é esquentado, o italiano aqui também é. Respeito para mim, eu mereço, e a causa que defendo mais ainda. Está certo? Um abraço!

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Vamos então à votação do Projeto, ressalvada a emenda. Votando. Como encaminham os votos os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Senhor Presidente, histórico este momento, importante para a carreira dos agentes do Depen. Agradecer a todos e peço o voto “sim”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição encaminha voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Ainda pendentes os votos dos Deputados Bazana, Arilson, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Mauro Moraes, Paulo Litro e Tercílio Turini. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Delegado Jacovós, Dr. Batista, Elio Rusch, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Guto Silva, Homero Marchese, Hussein Bakri, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Michele Caputo,

Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (51 Deputados); Não Votaram: Ademar Traiano, Douglas Fabrício e Evandro Araújo (3 Deputados).] Com 51 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está aprovado o Projeto de Lei Complementar n.º 2/2022. Está aprovado o Projeto. (Aplausos.)

Agora vamos submeter ao voto a emenda da CCJ. Em discussão a emenda da CCJ. Em votação a emenda da CCJ. Votando. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Pedimos voto “sim”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Ainda pendentes os votos da Deputada Cantora Mara Lima, Deputada Cristina Silvestri, Douglas Fabrício, Gilberto Ribeiro e Maria Victória. Votação encerrada: **[Votaram Sim: Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Delegado Jacovós, Dr. Batista, Elio Rusch, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Guto Silva, Homero Marchese, Hussein Bakri, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (51 Deputados); Não Votaram: Ademar Traiano, Douglas Fabrício e Evandro Araújo (3 Deputados).] Com 51 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está aprovada a Emenda da CCJ.**

ITEM 4 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei Complementar n.^º 3/2022, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.^º 18/2022, que altera a Lei Complementar n.^º 131, de 29 de setembro de 2010, e dá outras providências. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Finanças e Tributação. Regime de urgência. Emendas de Plenário com parecer favorável da CCJ. Vamos submeter ao voto o Projeto, ressalvadas as emendas. Em discussão o Projeto. Em votação.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Pedimos voto “sim”, Sr. Presidente.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Para discutir, Sr. Presidente.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vai encaminhar voto “não”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Deputado Tadeu, por favor.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Inscrevi-me para fazer, é o PLC 3 que o senhor está colocando...

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): PLC 3, Deputado Tadeu. Vossa Excelência quer encaminhar? Pois não.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Exatamente. Senhor Presidente, Sr.^s Deputados e Sr.^{as} Deputadas. Até por uma questão de economia de tempo, vou, se V.Ex.^a me permitir, já encaminho também porque temos emendas, independentemente de serem aprovadas ou não, porque depois não precisarei fazer novamente o encaminhamento da nossa emenda.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Pois não.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Poderei já anunciá-la e fazer também, aqui, por que apresentamos a emenda. E faço isso, Sr. Presidente, com todo o respeito que temos a todos os trabalhadores e às trabalhadoras que estão de certa forma incluídos nesse processo e nesse debate, até porque recebi na noite de ontem e

na manhã de hoje – e falava com o Dr. Vinícius, aqui – uma série de argumentos e de questionamentos. E um deles, respeito muito todas as opiniões e foram todos muito respeitosos também, um deles me dizia que foi uma das pessoas que elaborou o PLC, mas que, infelizmente, não foi possível fazer um debate com os Deputados e reconhece que o PLC chegou aqui de forma bastante açodada e com um rito que não seria o rito ideal. E que deveria ter sido feito o debate com os Deputados, para esclarecer aos Deputados, aquilo que o Líder do Governo argumenta que nesse PLC não há reajuste de valores nos salários que recebem os auditores fiscais. E que, obviamente, o Projeto subtrai a possibilidade de termos o fundo que hoje é utilizado, em cotas, e estas cotas distribuídas conforme a unidade e a sua produtividade aos auditores fiscais. E ainda diz, também, uma das pessoas que me manda uma mensagem, que o número de auditores fiscais foi reduzido drasticamente inclusive com prejuízo para a própria Receita, porque o trabalho aumentou muito: em uma unidade que tinha 27 hoje tem cinco. Esses argumentos entendo que são absolutamente legítimos e legais do ponto de vista do mérito. E por que digo do mérito? Porque não podemos ter uma unidade que tinha 27 e hoje tem cinco e termos um trabalho dobrado. Entretanto, o Projeto aumenta, sim, os salários. Falei com o Deputado Hussein e até fizemos uma brincadeira, que valeria um quibe quando sair a primeira remuneração no Portal da Transparência ou as primeiras remunerações no Portal de Transparência: que não virá com R\$ 11 mil, virá com R\$ 11 mil e o valor que hoje era percebido como se fosse uma remuneração de distribuição de cotas, porque está sendo incorporado. Ora, falava ao Deputado Hussein: o senhor tem lojinha, duas lojinhas, a sua lojinha tem um funcionário que recebe o salário fixo e a comissão por venda. E o senhor resolve em um ato magnânimo, porque está perdendo parte dos seus funcionários, fazer com que esta gratificação que é recebida como comissão seja adicionada 100% ao salário. E isso, obviamente, será levado para aposentadoria, para as férias, para o 13º. É ou não é aumento salarial? É! Nem quero entrar no mérito, Sr. Presidente, por que a maioria dos servidores públicos receberam 3% e nesse Projeto aqui ele varia de 6 a 7,6 na remuneração fixa, porque isso aí já seria um outro momento para fazermos um debate dessa

distinção. O que digo é que quando apresentamos uma emenda, a emenda diz: “Fica suprimido o art. 58, seus incisos e parágrafos da Lei Complementar n.º 131, de 29 de setembro de 2010”. Por que que dizemos isso? Porque a lei que está sendo colocada aqui e ontem a Dr.^a Izabel inclusive nos dizia isso, Dr.^a Izabel que assessora a Liderança do Governo, que o art. 8.^º “Revogue-se a Lei Complementar n.º 131, de 29 de setembro de 2010”, revogue-se o inciso VIII do *caput* do art. 21, o art. 23, e terceiro, e os parágrafos 4.^º a 7.^º do *caput* do art. 58. Só que o art. 58 que está aqui comigo, Sr.^s Deputados e Sr.^{as} Deputadas, que é na seção IV – vencimentos e remuneração, o art. 58 diz: “Sem prejuízo do disposto art. 50 desta Lei, o prêmio de produtividade será concedido mediante atribuição de cotas conforme desempenho individual, plural, individual e plural”. Aí diz o que é cota: “Cota é a forma de aferição dos prêmios” e diz no parágrafo 2.^º que “As cotas que excedem o limite da apropriação mensal previsto a que se refere ao parágrafo 1.^º serão lançadas da conta corrente” e 3.^º: “Por conta corrente para fins do parágrafo 2.^º, entende-se o controle individual do saldo de cotas de cada auditor que poderá ser aproveitado no mês em que as cotas geradas não alcançaram o limite de apropriação, sem prejuízo do disposto no parágrafo 2.^º”. Ora, os parágrafos 3.^º, 2.^º e 1.^º não estão sendo revogados! Então, Sr.^s Deputados e Sr.^{as} Deputadas, mantém o fundo! Com todo o respeito aqui, mas é a Lei, está aqui. Vocês não revogaram aquilo que mantém o fundo e que vai fazer com que, dobrado o salário, continue recebendo parte do fundo. Aí a lojinha do Hussein, Deputado Hussein, desculpe, Deputado Hussein, a lojinha do Hussein diz o seguinte: vou adicionar aquilo que vocês ganharam como comissão ao salário integral e vocês vão dobrar o salário, mas vocês vão continuar recebendo comissão, porque isso estimula a venda. Ora, ou alguém me demonstra, Doutora Izabel, que isso não está na lei, ou vocês estão errados, a Base do Governo está errada. Está errada porque o Projeto de Lei revoga os parágrafos 4.^º ao 7.^º do *caput* do artigo 58, mas não revoga, não revoga o artigo 1.^º, não revoga o 2.^º e não revoga o 3.^º, que é a conta corrente. Não revoga. Se o Governo vai revogar depois ou não, não sei, Deputado Traiano, mas que na verdade não revoga, não revoga e que ficamos com uma dualidade, ficamos com

uma dualidade. Aí, o que fizemos? Apresentamos a emenda justamente para que pudéssemos revogar na íntegra. Aí, concordo, revogou-se na íntegra a possibilidade de você continuar recebendo comissão. Na prática, duas vezes por ano, duas vezes por ano, Deputado Gugu, será pago pelo que está aqui ou será mantido aquilo que, quando foi feito, falei que era um caixa suplementar. Lembro-me muito bem que o Procurador, à época, em 2010, Deputado Requião, seu pai era Governador, inclusive, que agora é nosso pré-candidato ao Governo do Estado, falei que era uma caixinha e o Procurador-Geral do Estado veio aqui e ficou muito irritado, porque não poderia usar esse termo. O Deputado Romanelli, talvez, que não estava aqui ou estava, estava, aqui, lembra. *Não, não, não, não é uma caixinha, porque não vai ser distribuído.* Bom, então, vai ser feito o quê? Vai doar para a Igreja Nossa Senhora do Perpétuo Socorro? Ela vai aceitar. Vai doar para o Padre Lancellotti? Ele vai aceitar. A verdade é que nunca foi doado e nem poderia, porque a lei é clara, diz que será distribuída entre aqueles que atingiram a cota. E as 5.510 cotas estão sendo incorporadas. Então, acho muito ruim que o debate tenha sido feito dessa forma. Aos que defendem que tinha que votar de qualquer jeito, volto a dizer, está, aqui, oh, minuta, se quer mandar o Projeto sem o carimbo de minuta, tal foi o afã, Deputado Romanelli, de fazer o negócio passar a qualquer preço e a qualquer custo. Claro que estou dizendo isso no sentido figurativo, até para que não interpretem mal. Mas não dá para esta Assembleia virar um órgão homologatório, que simplesmente manda meia-hora antes e aprovem. Já falei e o Deputado Traiano está aqui de prova, falei isso para o Presidente do Tribunal de Justiça, quando me ligou dizendo que tínhamos que aprovar de qualquer jeito. Com todo o respeito que temos a ele, aquele Projeto de aumento de custas. Não vou votar, não vou votar um *troço* que não sei nem o que é e a Casa acabou não aprovando. Acho que perdem alguns, perdem outros, mas a Casa manteve o seu papel. Agora, estamos aprovando algo que, se não revogado o artigo 58 e os senhores que são da receita sabem, vai manter a conta corrente, vai manter o critério de saldos. Não sei se o Secretário da Fazenda vai ou não vai revogar, esse é o papel do Secretário, desse ou daquele ou do próximo. À verdade é que eu não... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Deputado Tadeu, para concluir.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Senhor Presidente, não vou votar e oriento essa Bancada a votar contrário. Sei que o papel do Deputado Hussein é de representar neste ato e neste caso o Governo e respeito a posição de quem é o Líder do Governo, assim como sempre fui respeitado como Líder da Oposição e como Líder do meu Partido, mas oriento o meu Partido a votar contrário. Oriento o meu Partido a votar contrário e falo isso com muita tranquilidade, porque sei que estamos fazendo certo. Não podemos incorporar a gratificação e manter as condições para que essa gratificação venha a ser dada duas vezes por ano. Isso é contrário a tudo o que o servidor público, os 200 mil servidores públicos querem...
(É retirado o som.)

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Para encaminhar, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Deputado Hussein, para encaminhar.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Rapidamente. Em primeiro lugar, Sr. Presidente, quero dizer que tinham dois projetos aqui.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Até porque já estamos em processo de votação, mas vou lhe permitir, porque concedi ao Deputado.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): É que foi aberto, respeitosamente. Tínhamos dois projetos, aqui, Presidente. Um deles que tratava daquela questão dos veículos foi retirado. O Governo já mandou o ofício para cá, Vossa Excelência já está ciente, o Deputado Caputo me perguntava agora. A meu pedido e a pedido dos demais colegas foi retirado, não volta mais. Quero dizer outra coisa para Vossas Excelências. Se fosse correta a interpretação de que seria 100% o aumento, ele estaria passando o teto do Governador. É simples, a interpretação está errada. Com todo o respeito, ela está errada. Vou dizer para vocês, aqui,

essas emendas visam a revogação do artigo 58, por entender que o aumento seria de 100%. Isso é um equívoco. O que se propõe é a incorporação de cotas fixas, o que não altera o valor percebido e a manutenção de cotas variáveis. Quero avisar aos Deputados da Base que podem votar com toda a tranquilidade do mundo e que os valores do aumento serão de 0.74 a 3.37. Podem votar com toda a segurança. Peço o voto “sim” ao Projeto e vou pedir voto “não” às emendas. Esse é o meu pedido: voto “sim”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Presidente, a Oposição vai votar “não” ao Projeto e “sim” às emendas, até porque construímos, o Deputado Hussein encaminhou as emendas, não sei se o senhor vai abrir espaço para encaminhar novamente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): É que já estamos em votação, Deputado.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): É que ele encaminhou as emendas e estamos votando o Projeto.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Mas o Deputado Tadeu, enquanto estávamos, veja bem, em processo de votação, o Tadeu encaminhou emendas.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Está bom, Presidente. “Não” ao Projeto e “sim” às emendas.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Ok. Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): “Sim” ao Projeto e “não” às emendas. Repito aos Deputados da Base, “sim” ao Projeto e “não” às emendas, prestem atenção.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Senhores Deputados, estamos votando o Projeto agora. As emendas serão na sequência.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Exatamente. Neste momento, recomendo aos Deputados da Base o voto “sim” ao Projeto. O Projeto é importante.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “não”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Ainda pendentes os votos dos Deputados Delegado Jacovós. O Deputado Douglas está com dificuldade para votar e encaminha uma mensagem aqui que vota “sim” ao Projeto. Ainda pendente o voto do Deputado Plauto Miró. Votação encerrada:
[Votaram Sim: Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Del. Fernando Martins, Dr. Batista, Elio Rusch, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Gugu Bueno, Guto Silva, Hussein Bakri, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Reichembach, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (39 Deputados); **Votaram Não:** Arilson Chiorato, Cristina Silvestri, Goura, Homero Marchese, Luciana Rafagnin, Mabel Canto, Michele Caputo, Professor Lemos, Requião Filho, Soldado Fruet e Tadeu Veneri (11 Deputados); **Abstenção:** Delegado Jacovós (1 Deputado); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Douglas Fabrício e Evandro Araújo (3 Deputados).] Com 39 votos favoráveis, 11 votos contrários e 1 abstenção, **está aprovado o Projeto de Lei Complementar n.º 3/2022. Quarenta votos, com o voto do Deputado Douglas, 11 “não” e uma abstenção.**

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Está aprovado o Projeto. Vamos submeter ao voto agora as emendas, já encaminhadas pelos dois Líderes.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Senhor Presidente, peço a todos os Deputados que compõem a nossa Base, as emendas deturpam o Projeto, peço o voto “não”. Respeitosamente, o voto é “não”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição encaminha o voto “sim”, até porque as emendas visam corrigir a abusividade do Projeto.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Votando, Sr.^s Deputados.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Permite-me? Voto “não”. O Deputado Galo está perguntando. O voto é “não”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Ainda pendentes os votos dos Deputados Luiz Fernando Guerra, Gugu Bueno e Soldado Adriano José.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): O Soldado Adriano José diz que está tentando votar aí. Informou aqui que está tentando votar, me parece que é “não”. Não tenho certeza.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Seria importante que ele registrasse aqui pelo WhatsApp, Deputado Soldado.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Que ele registre por WhatsApp, com a Mesa.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Exatamente, como fez o Deputado Douglas. Deputado Soldado Adriano, mande o seu voto, por favor. Não está encaminhando. Vamos ao resultado. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Alexandre Curi, Arilson Chiorato, Cristina Silvestri, Goura, Homero Marchese, Luciana Rafagnin, Mabel Canto, Michele Caputo, Nereu Moura, Professor Lemos, Requião Filho, Soldado Fruet e Tadeu Veneri (13 Deputados); **Votaram Não:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Anibelli Neto, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Del. Fernando

Martins, Dr. Batista, Elio Rusch, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Gugu Bueno, Guto Silva, Hussein Bakri, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Nelson Justus, Nelson Luersen, Paulo Litro, Plauto Miró, Reichenbach, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (36 Deputados); Abstenção: Delegado Jacovós (1 Deputado); Não Votaram: Ademar Traiano, Douglas Fabrício, Evandro Araújo e Soldado Adriano José (4 Deputados).] Com 13 votos favoráveis, 36 votos contrários e 1 abstenção, estão rejeitadas as Emendas.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Obrigado a todos.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB):

ITEM 5 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 749/2021, de autoria da Deputada Cristina Silvestri, que concede o Título de Utilidade Pública à Rede de Apoio à Mulher Vítima de Violência Doméstica e Familiar do Estado do Paraná, com sede no município de Pontal do Paraná. Parecer favorável da CCJ. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Pedimos o voto “sim”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Vamos agilizar a votação. Deputado Boca Aberta – seu voto –, Deputados Doutor Batista, Mauro Moraes, Nelson Luersen, Soldado Adriano e Tadeu Veneri. Votação encerrada, Sr.^s Deputados: **[Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Delegado Jacovós, Elio Rusch, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Guto Silva, Homero Marchese, Hussein Bakri, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio

Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Fruet, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (47 Deputados); Não Votaram: Ademar Traiano, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Evandro Araújo, Nelson Luersen, Soldado Adriano José e Tadeu Veneri (7 Deputados).] Com 47 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está aprovado o Projeto de Lei n.^º 749/2021.

ITEM 6 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 49/2022, de autoria do Deputado Hussein Bakri, que concede o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Senhor Luis Carlos Gomes Mattos. Parecer favorável da CCJ. Em discussão. Em votação. Votando. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Senhor Presidente, o meu último Projeto apresentado nesta legislatura. Peço o voto “sim” dos colegas.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição encaminha voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Vamos conceder ao nosso Líder do Governo a unanimidade. Havia um Vereador na minha cidade que quando ele tinha dificuldade de falar unanimidade, ele aprovava por *umidade*.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Na minha cidade, ele falava que era *inhame*, Projeto *inhame*. Deve ser unânime, acho, imagino.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Deputados Gilberto Ribeiro – o seu voto –, Mauro Moraes, Paulo Litro, Requião Filho e Soldado Adriano José. Imagino que o Soldado Adriano deva estar em movimento, está com dificuldade de votar. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Delegado Jacovós, Dr. Batista, Elio

Rusch, Francisco Buhrer, Galo, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Guto Silva, Homero Marchese, Hussein Bakri, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (47 Deputados); Votou Não: Gilberto Ribeiro (1 Deputado); Não Votaram: Ademar Traiano, Douglas Fabrício, Evandro Araújo, Paulo Litro, Requião Filho e Soldado Adriano José (6 Deputados).] Com 47 votos favoráveis e 1 voto contrário, está aprovado o Projeto de Lei n.º 49/2022.

Item 7...

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (MDB): Para encaminhar, Sr. Presidente.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Para encaminhar também, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB):

ITEM 7 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 106/2022, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 14/2022, que dispõe sobre a reestruturação das carreiras da polícia militar, polícia civil e polícia científica e dá outras providências. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Finanças e Tributação. Regime de urgência. Emenda de Plenário n.º 1 com parecer favorável e Emendas n.ºs 2, 3 e 4 com parecer contrário da CCJ. Vamos submeter ao voto o Projeto, ressalvada a emenda n.º 1. Há recurso de Plenário referente ao parecer da CCJ à emenda n.º 3. Então, vamos neste momento permitir o encaminhamento pelos Deputados Requião e Professor Lemos, ao Projeto.

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (MDB): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados, pessoal que nos acompanha pela TV Assembleia e nos acompanha lá de fora. Venho encaminhar esse Projeto para pedir, Deputado Boca Aberta, o voto “não”.

Ah, mas você está votando contra o aumento dos policiais. Não. Estamos votando contra o desrespeito. Estamos votando contra a esmola. Estamos votando contra o abandono da Polícia Militar, Civil e as forças de segurança do nosso Estado. Um Projeto que traz uma tabela, que na propaganda do Governo será maravilhosa, sai de mil reais. Mas se você conversar com as pessoas que vão receber esse aumento, você vai perceber que esse aumento chega a ser menos de R\$ 250,00, dependendo do Praça ou do Agente de Polícia Civil, que vai receber esse aumento. Não vamos, na Oposição, colocar o nosso voto para que o Governo faça propaganda em cima da dignidade dos nossos policiais civis e militares, que se encontram em todo o Paraná ou se encontram aqui na porta da Assembleia. Estamos em ano eleitoral. Esse Projeto teve uma Comissão de Trabalho que se reuniu três vezes, Deputado Caputo. A primeira, para o Deputado que não tem coragem de ir lá fora, falar com os polícias, para poder fazer a *selfie* dele. A segunda, para apresentar desculpas aos policiais. E a terceira, depois que o Projeto já estava apresentado. Um grupo de trabalho que não teve a chance de trabalhar. Uma tabela que teve os seus estudos, que ninguém teve acesso aos estudos e como chegaram a essa tabela. Apresentamos aqui, com o Deputado Fruet e os Deputados da Oposição, uma tabela prevendo um reajuste maior e melhor. Informamos de onde sairia o dinheiro, como exige a lei e a Constituição. A Base do Governo entendeu ser inconstitucional. Recorremos e o Plenário terá que tomar essa decisão, novamente, se é ou não inconstitucional. Mas, Sr.^s Deputados, lembro aos senhores uma palavra do Hussein, *respeitosamente*, o Plenário é soberano. Se os senhores quiserem prestar solidariedade, ter empatia e reconhecer as dificuldades dos nossos policiais militares e civis, os senhores votam no nosso recurso e aprovam a nossa emenda, garantindo o mínimo de dignidade salarial às nossas forças de segurança. A Oposição vota “*não*”, sabendo que o Projeto vai passar, sabendo que a propaganda será bonita, mas sabendo que a realidade dos nossos policiais não vai melhorar o tanto que deveria. Tem agente da civil que vai receber menos do que meio tanque de gasolina de aumento. Tem policial militar que vai receber menos de meio tanque de gasolina de aumento. Os mil reais prometidos são para início de carreira. Qual foi o último

concurso para soldado? Qual foi o último concurso para agente? Quantos estão em início de carreira? Então, o Governo não fará a propaganda em cima da nossa polícia, em ano eleitoral, não, com o nosso voto. Os policiais têm e merecem o nosso respeito.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Próximo a encaminhar, Deputado Professor Lemos.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados e Deputadas, todos e todas que estão presentes aqui acompanhando a Sessão e todos que acompanham também a Sessão a distância. Esse Projeto que trata do pessoal militar é semelhante ao Projeto que veio para esta Casa no final do ano passado e que destruiu a nossa carreira de professores do Estado do Paraná. A nossa carreira do magistério foi destruída aqui. A pretexto de implementar o piso, achatou a carreira, mudou o percentual de diferença entre uma classe e outra e mudou o percentual entre um nível e outro. Houve um achatamento. Por isso que aqui também, no final do ano passado, votamos contra aquele Projeto, porque não pode dar com uma mão e tirar com as duas. É exatamente isso que o Governo está fazendo agora com a Polícia Militar, especialmente, com os Praças da Polícia Militar. Isso é um absurdo, porque está diminuindo os valores entre as graduações e entre as patentes que também estão sendo diminuídas a diferença, achatando a tabela. Começa com o soldado, passando pelo cabo, pelo sargento e chega ao subtenente. Como é que está o valor para subtenente nessa tabela? Como é que está o valor para o sargento nessa tabela, para o cabo e também para o soldado? E aí ataca os quinquênios, que é um adicional por tempo de serviço, reduz o percentual, achatando a tabela. Também ataca os valores entre as graduações, a pretexto de valorizar. O Governo está desvalorizando a nossa Polícia Militar do Estado do Paraná. Lutei aqui desde o primeiro dia em que entrei nesta Assembleia em defesa dos servidores públicos e continuarei lutando em defesa do pessoal militar. Continuarei lutando. Não podemos concordar quando o Governo oferece com uma mão e tira com duas, porque o prejuízo ao longo do tempo é muito grande. E aí o Governo tem dinheiro, tem margem fiscal, tem margem financeira e

teve tempo também. Quatro anos o Governo teve para discutir com a Polícia Militar e com os demais servidores. Não discutiu, não recebeu os verdadeiros representantes da Polícia Militar para negociação. Acampados aqui na frente do Palácio, na frente da Assembleia, pela terceira vez, em menos de um ano. Estão aqui os policiais pedindo reuniões continuamente com o Governo. É formada uma Comissão de Trabalho e essa Comissão de Trabalho não é respeitada. Segundo os policiais, esse Projeto que chegou aqui não é o Projeto debatido lá na Comissão. Então, é por isso que os policiais estão cobertos de razão, estão mobilizados no Estado inteiro. Recebi dos policiais vários argumentos e ao final uma frase que sintetiza o que está acontecendo. Escreveram assim: *Em resumo, esse Projeto destrói a nossa carreira.* É a última frase que vários policiais mandaram para mim, nessa semana, inclusive, durante esta noite. Então, quero aqui mais uma vez fazer a defesa das emendas que apresentamos, porque elas, essas emendas, mantêm o valor dos quinquênios, que é 5% a cada cinco anos, mantêm o valor, os 5%; mantêm a diferença de valor da graduação, e aí coloca um salário para o soldado de R\$ 6.411,00, para corrigir as perdas inflacionárias do período. Fui o autor da PEC-64 do subsídio, para beneficiar as carreiras do Estado, como beneficiou, por exemplo, os Procuradores do Estado do Paraná e foi implementado o subsídio para eles corretamente. Agora, para a polícia, o Governo não quis implantar corretamente o subsídio. Poderíamos corrigir neste momento as imperfeições daquela lei de 2012, de autoria do Beto Richa, que contestamos aqui. Estava aqui e dizia que não poderia ser aprovado daquele jeito como foi. Apresentei emendas e as emendas não foram aprovadas nesta Assembleia, porque as emendas corrigiam as imperfeições do Projeto original do Beto Richa. Então, foi implementado o subsídio sem o respeito devido com a polícia, especialmente, com os Praças da Polícia Militar. Esperávamos agora que o Governo corrigisse aquelas imperfeições, para fazer justiça àqueles que estão colocando a sua vida em risco, para proteger a nossa sociedade. Infelizmente, o Governo manda esse Projeto, que humilha toda a família militar do Estado do Paraná e que não respeita aqueles e aquelas que dão a vida pela proteção da sociedade. Inclusive, os aposentados, os da reserva, tiveram redução de salário

de dois anos para cá, por mês, de mais de R\$ 600,00, porque o Governo passou a cobrar Previdência do salário cheio dos aposentados. O Governo sabe que pode devolver essa Previdência cobrada, pode devolver do mesmo contracheque que cobra, mas não quis fazê-lo. É importante dizer que quem está na reserva, quem está aposentado, tem uma composição de gasto maior do que quem está na ativa, precisando, inclusive, de mais remédios, de médico, de psicólogo, de fisioterapeuta e assim por diante. Então, está desprezando, inclusive, aqueles que já contribuíram a vida toda a favor da sociedade paranaense. Então, fica aqui o nosso protesto. A Oposição defende as emendas. Se as emendas não forem aprovadas, vamos votar contra esse Projeto, porque ele não é bom para a carreira da Polícia Militar do Estado do Paraná. Certamente, mais adiante, com outro Governo, haveremos de corrigir esse absurdo se, porventura, for aprovado aqui no dia de hoje.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Deputado Soldado Fruet, para encaminhar.

DEPUTADO SOLDADO FRUET (PROS): Estou, aqui, senhor.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Pois não.

DEPUTADO SOLDADO FRUET (PROS): Senhor Presidente, Sr.^{as} e Sr.^s Deputados, fico triste ao ver as nossas redes sociais. Estamos sendo aí massacrados por *fake news*, colocando que sou contra o reajuste, sou contra o salário dos policiais. Uma vergonha! Mas sabemos de onde vêm esses endereços. Sabemos de onde vêm essas postagens. Mas, acima de tudo, antes de ser Deputado, sou um polícia e não me acovardo com essa covardia. Senhor Presidente, está aqui na minha mão o Projeto que o Governo mandou para esta Casa, que está sendo votado. Vamos lá! Sabem quanto que um soldado, quando for promovido para cabo, vai ganhar? Oitenta reais. Sabe quanto que um primeiron-tenente para capitão vai ganhar, quando for promovido? Mais de R\$ 7 mil. Isso aí foi o conserto? Isso aí foi tabela de subsídio? Isso aí foi o que aqueles grupos de estudos fizeram, que arrumaram? Sabem quanto que um sargento vai ganhar de

cabo para sargento? Menos de R\$ 150,00. Um sargento ou um cabo tem responsabilidade dentro da tropa. Talvez quem fez essa tabela não sabe nada de militarismo, que tem responsabilidade. Um sargento tem que fazer inquérito, tem que se preparar, tem que se dedicar, tem que estudar, tem que fazer cursos. Um cabo tem que cuidar. Um efetivo tem que se preparar, tem que fazer curso. Vai ganhar R\$ 80,00? Ele vai se matar para ganhar R\$ 80,00 de aumento, para ser cabo? De cabo para sargento vai ganhar menos de R\$ 100,00, 120, R\$ 130,00, tirando os impostos. Então, qual foi a melhoria dessa tabela? Melhoraram os Praças, mas arrebentou para cima. De primeiro-tenente para capitão são R\$ 7 mil de reajuste, R\$ 7 mil, enquanto que de soldado para cabo, R\$ 80,00. Então, essa aí é a melhoria para os Praças? Diminuiu o quinquênio, tirou de cinco, foi para quatro. Nada mais justa essa nossa emenda, estamos arrumando. O Governo deu menos de 30 minutos, 40 minutos, para fazemos uma emenda, montarmos uma tabela. Conseguimos dar tempo de fazer uma tabela para a PM, para a civil, infelizmente, não conseguimos, para a científica, porque não teve tempo. Graças a esse Governo que mandou tudo com *a faca no nosso pescoço*, aqui. Então, Sr.^s Deputados, agora é a hora de vermos quem está do lado da polícia. Se a polícia estivesse contente não estaria aí fora protestando. Sou um policial militar. Sou um policial militar. Isso aqui não é bom para nós, não. Estamos com uma defasagem salarial de mais de R\$ 2 mil da data-base, mas são R\$ 2 mil da data-base para todas as graduações, não é só para soldado, é para todos. O Governo mandou um reajuste de mil reais para o soldado. A nossa emenda é R\$ 2 mil, dobramos os valores que o Governo mandou, mas mantivemos o quinquênio de 5%. Estamos dando dignidade, do soldado ao coronel. Podem ver, aí, é do soldado ao coronel, não diferenciamos as classes. Todos são polícias. Todos somos polícias. Todos merecemos. Não é discurso. Sei que vão vir aqui discursos: *Ah, jogando para a galera, demagogia*. Antes de subirem e falarem, entendam o assunto. Sou um policial militar há 17 anos. Sei o que esses polícias estão passando. Vocês estão acabando com a carreira da Polícia Militar se aprovarem isso. Ninguém tem sentido de sair cabo, de sair sargento ou subtenente, acabou o incentivo. Para que vou me dedicar, se de soldado para sargento não dá nem R\$ 200,00 de reajuste?

Então, não tem incentivo nenhum, prefiro ficar soldado e não ter responsabilidade. Porque se der uma situação em uma equipe, o mais antigo dessa equipe responde. Se der um problema, temos um exemplo aqui, porque tiraram o comando lá de Chopinzinho, é o mais antigo que responde. O homem estava até de férias e quase *cortaram a cabeça* do homem, porque é o mais antigo que responde. Vocês estão dando aqui para cabo R\$ 80,00, para assumir responsabilidade. É isso que queremos corrigir aqui. É isso! Então, peço a compreensão de todos os nossos colegas, que entendam o nosso pleito, mas não é que não queremos. Queremos dar, é valorizar o que eles merecem. A emenda está dobrando o valor que o Governo apresentou aqui. Estamos dando a dignidade para todos, para todos os policiais, bombeiros militares e policiais civis aqui do Estado do Paraná. É isso que eles estão pedindo, aqui, dignidade. Hoje é o dia, vamos ver aqui quem está a favor da polícia ou do Governo. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Próximo orador, Deputado Ricardo Arruda.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PSL): Senhor Presidente, demais colegas Deputados, ouvi aqui atentamente a fala dos Parlamentares. Vou falar com muita certeza e muita firmeza. Vou falar a verdade. Vejo discursos populistas na tribuna. É muito fácil, gente, irmos a uma tribuna e fazer tudo o que estão pedindo, tudo o que falta para a categoria. Todos sabemos da defasagem que tem na categoria dos policiais. Não tem que ser policial para saber. Todos sabemos que está errado e tem muito o que mudar. Porém, há quanto tempo está defasado? O Governo apresentou um Projeto de Lei, que vai dar um aumento em torno de 23%, para 80% da base, que são os que ganham menos. Eles estão contentes, porque falei com vários. Por isso que o meu voto é favorável. Agora, fazer emendas, emendas mentirosas para enganar? Isso é uma pouca-vergonha. Nenhum Parlamentar tem autonomia de fazer emenda que onere o Estado. Isso é *jogar para a plateia*. Isso é bem pior do que o que estão falando, aqui, que está prejudicando a categoria. O que está prejudicando hoje, amanhã, mais para frente, podemos fazer emendas e

modificar isso, até chegar ao ideal. Todo mundo sabe que tem muito a se fazer ainda. Não seria de uma vez só que mudaria tudo, que está errado há muito tempo. Temos que parar de brincar com as pessoas, de criar falsas perspectivas aos militares, principalmente, aos professores, todas as categorias. Já estou cansado de ver discurso populista, a pessoa: *Estou defendendo. Quero dar o dobro.* Oh, gente, você quer dar, todo mundo quer dar o dobro, mas não pode. Quem tem que determinar é o Governo. O Legislativo não tem esse poder. Vamos parar de enganar as pessoas. Aos policiais que estão me ouvindo, aqui, estamos falando a verdade. Posso afirmar que sou um Deputado e tem vários outros, que vão lutar para melhorar isso mais para frente. Agora, no momento é isso que dá para dar e vai ajudar muita gente da categoria. Então, Deputado Fruet e outros que, aí, falaram: *Ah, vão dizer que estou ‘jogando para a plateia’.* Você está *jogando para a plateia*, sim. Você não tem autonomia de dobrar salário de ninguém. O senhor é um Deputado, saia para Governador e, aí, o senhor pode determinar. Vamos parar de enganar o povo, gente. Vamos falar a verdade. Sou favorável a esse Projeto, que no momento vai ajudar uma boa parte da categoria. Falei com vários por telefone que me pediram para votar favoravelmente. Não vim para a política para brincar de fazer política. Não estou aqui para ficar ganhando voto, mentindo, não. O voto é fruto de um trabalho sério e honesto. É isso que temos que fazer aqui. Então, meu voto é favorável. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Último orador a encaminhar, Deputado Arilson Chiorato.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Parece que alguns Deputados, em especial o que me antecedeu, esqueceram de um detalhe. O Presidente da República que ele votou taxou os militares no País em 11.5% na Previdência. Se o poder de compra da Polícia Militar está diminuído é por causa do Bolsonaro também. Mas a memória é seletiva, muito seletiva, e, às vezes, injusta. Para deixar claro mais uma vez, existe uma decisão do STF, a ADI 3.942, que permite à Assembleia do Estado promover emenda parlamentar a Projeto de Lei do Executivo, que cria cargo ou remuneração, desde que haja estimativa de despesa

e a respectiva fonte de custeio. Fizemos isso. A Oposição vai votar “*não*” a esse Projeto porque, logo em seguida, existe um requerimento pedindo para se retirar a decisão da CCJ e se votar o Projeto emendado pela Oposição. O que é esse Projeto? Esse Projeto dobra o valor à Polícia Militar. Esse Projeto corrige o quinquênio, que é o problema de muito tempo da polícia. Esse Projeto também é estendido à Polícia Civil e à Polícia Científica. Todo o valor necessário para se cobrir a despesa já foi colocado exaustivamente. Vem dos dividendos da Copel e da Sanepar, pagos pelo povo paranaense. O que queremos aqui é que esse dividendo fique para o povo e não vá para a Bovespa. Se for aprovado esse Projeto e sancionado pelo Governador, tem todo o valor legal. Quero voltar aqui e parabenizar o Governador Ratinho Junior se ele liberar os Deputados para votarem a favor da emenda da Oposição, que corrige a distorção. Vamos votar “*não*” ao Projeto, para votar “*sim*” a uma emenda que faz justiça à necessidade da PM, da civil e da científica. Estamos fazendo uma correção, que há muito tempo não foi feita. Ainda, estamos indicando para o Governo do Estado onde está o recurso, porque, pelo que parece, nem o próprio Governo sabe quanto é o recurso. Uma vez que indicou na LDO 280 milhões e em uma conta simples já tem 900 ingressos nos cofres do Estado. Portanto, o Ratinho tem a possibilidade de fazer justiça às forças de segurança e quero voltar, aqui, se ele fizer isso, para parabenizá-lo. Tenho a humildade suficiente para vir criticar e também para vir dar parabéns. E não cometa o mesmo erro do atual Presidente da República, que é um dos responsáveis pelo caos que está a vida do povo. Além de taxar os militares em 11,5%, subiu a gasolina para R\$ 8,00, levou o preço da carne para 40, levou o botijão de gás a 120. É esse um dos responsáveis, que diminuiu a remuneração e aumentou o custo de vida, uma tragédia para o Brasil, em especial, para o povo paranaense. Por isso, a Oposição está aqui. “*Não*” ao Projeto e “*sim*” ao requerimento de votação em separado, logo em seguida, que pode trazer para apreciação desta Casa Legislativa, seria, um Projeto que represente os anseios das forças de segurança do Paraná. Não podemos, sob forma alguma deixar, deixar que fiquem esses discursos de que é um Projeto ilegal. Não vamos aceitar e iremos responder. Ou o STF está errado ou a CCJ

aqui da Assembleia está certa, ou está certo o STF e errada a CCJ. Com todo o respeito aos membros da CCJ, meus pares aqui que respeito um por um. O STF está correto, já resolveu essa passividade no ano de 2015. Falta vontade política para ser feita. Estou aqui para dar um empurrão ao Governo do Estado. Vamos juntos aprovar essa emenda e acabarmos de vez com esse discurso falho de que não tem dinheiro e não tem legalidade. Voto “não” ao Projeto e “sim”, em seguida, ao requerimento da emenda.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Votando, Sr.^s Deputados.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Para encaminhar, Sr. Presidente. Só preciso de dois segundos.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Pois não, Deputado.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Em primeiro lugar, gostaria de dizer que fizemos um exame apurado dentro da CCJ. Não é verdade e, respeitosamente, que eles me *tirem o sal*, que uso esse termo, que é respeitosamente, tenho o direito de divergir. Não é nos dado esse poder. O Governo fez o que era possível para que esse Projeto fosse votado aqui. Agora, é decisão de cada um, é democrático. Quem quer votar a favor, vota. Quem quer votar contra, vota. É assim nesta Casa, foi assim. Só não posso concordar com Vossa Excelência, Fruet, não posso, Deputado, quando o senhor fala que quem está a favor do soldado ou não está a favor. Não estamos, estamos a favor da verdade. Estamos a favor aqui de botar o Projeto com a verdade, sem criar falsa expectativa. O Governo abriu aqui um leque de negociações.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Artigo 208, Presidente, *pela ordem*.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Arilson, vocês falaram, quatro Deputados! É claro que me inscrevi, mas não está ali. Já pedi para encaminhar. Pedi, só não está lá, Arilson.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): O Deputado Hussein pediu para encaminhar o voto.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Mas está bom. Peço o voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Votando, Sr.^s Deputados. Vocês não vão brigar no final, no último dia do nosso Líder, não é? Deu pane no seu microfone, Deputado.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Peço o voto “sim” sem briga, tranquilo. É que tinha pedido e não estava lá o meu nome, mas o voto é “sim”. Conto com vocês! O povo está comigo por aqui!

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Ainda pendente o voto do Deputado Alexandre Curi.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Deputado Alexandre Curi!

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Deputado Nelson Luersen, Deputado Soldado Adriano José...

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Deputado Douglas, que compõe a Base, e Deputado Adriano José. O Deputado Alexandre Curi pede para informar que o voto é favorável.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): O Deputado Douglas está confirmando o voto.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): O Deputado Douglas confirmou. Deputado Alexandre Curi, por favor!

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Deputado Alexandre Curi, por favor, estão lhe chamando urgentemente aqui no Plenário para a votação.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Encerrou, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Encerrada a votação:
[**Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Anibelli Neto, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Dr. Batista, Elio Rusch, Francisco Buhrer, Galo, Gilson de Souza, Gugu Bueno, Guto Silva, Homero Marchese, Hussein Bakri, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Nelson Justus, Nelson Luersen, Paulo Litro, Plauto Miró, Reichembach, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (37 Deputados); **Votaram Não:** Arilson Chiorato, Delegado Jacovós, Gilberto Ribeiro, Goura, Luciana Rafagnin, Mabel Canto, Michele Caputo, Nereu Moura, Professor Lemos, Requião Filho, Soldado Fruet e Tadeu Veneri (12 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Alexandre Curi, Douglas Fabrício, Evandro Araújo e Soldado Adriano José (5 Deputados).] Com 37 votos favoráveis e 12 votos contrários, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 106/2022. (O Sr. Presidente, Deputado Ademar Traiano, registra em Ata o voto favorável do Deputado Soldado Adriano José.)**

Agora, Sr.^s Deputados, há um **Requerimento n.º 645/2022**, do Deputado Soldado Fruet, requerendo recurso ao Plenário para análise de Constitucionalidade e Legalidade da Emenda n.º 3 ao Projeto de Lei n.º 106/2022. Vamos submeter ao voto o recurso de Plenário.

DEPUTADO HOMERO MARCHESE (PROS): Senhor Presidente.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Para encaminhar.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Sempre entendendo...

DEPUTADO HOMERO MARCHESE (PROS): Para encaminhar também.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Sempre entendendo que, uma vez rejeitado o recurso, iremos apenas discutir a Emenda n.^o 1, a Emenda n.^o 3 fica prejudicada. Para encaminhar, quem?

DEPUTADO HOMERO MARCHESE (PROS): Gostaria de encaminhar, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Deputado Homero, por favor. Alguém mais para encaminhar? Deputado Arilson. Peço que registrem aqui já no painel. E o Deputado Soldado Fruet.

DEPUTADO HOMERO MARCHESE (PROS): Senhor Presidente, peço para falar daqui se possível.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Pois não.

DEPUTADO HOMERO MARCHESE (PROS): Este é um recurso contra a decisão da CCJ adotada na data de ontem e nesta Sessão alguns Deputados já se referiram à ADI n.^o 3.942 do Supremo Tribunal Federal, que, na visão deles, permitiria que Deputado apresentasse emenda e aumentasse despesa de Projeto do Executivo. Isso não é verdade! Na CCJ estamos há três anos nesta composição, temos sido coerentes com o entendimento manifestado ontem e coerente com o entendimento que tem sido manifestado por diversas CCJs Assembleias afora e pelo Supremo Tribunal Federal. Esse é um caso específico, a ADI n.^o 3.942, em que havia uma medida provisória que foi emendada por um Deputado no Congresso Nacional e depois houve um Projeto de Lei do próprio Poder Executivo e eles foram fundidos no mesmo Projeto – tratava-se da criação de cargos em comissão para o Ministério da Agricultura. O texto inteiro do acórdão, além de dizer que se trata de uma situação excepcional, fala também que a despesa não pode ser aumentada em relação à fixada no Projeto original. Os Deputados podem alterar uma tabela de vencimentos, mas não podem mudar a conta final. Então, a tabela pode ser alterada, sim, mas a conta final tem que ser igual à que veio para a Assembleia. Isso é pacificado absolutamente no Supremo

Tribunal Federal e está errado quem diz o contrário – aliás, alguns estão dizendo de forma deselegante com a Comissão de Constituição e Justiça. A crítica ao afogadilho do Governo nesta questão é válida, a crítica à desorganização em mandar um Projeto a uma semana do prazo é válida, isso de fato aconteceu, agora não digam que podemos fazer o que não podemos fazer! Estamos sendo sempre coerentes. Em 2019, primeiro ano da Legislatura, votei contra reajuste para membros de outros Poderes por entender que os membros do Poder Executivo estavam sendo prejudicados, fui um dos poucos que fiz isso aqui, votamos durante esta Legislatura contra a recriação da licença-prêmio para os servidores do Ministério Público por entendermos que os servidores do Poder Executivo estavam sendo prejudicados, no primeiro Item da pauta votei contra a conversão em pecúnia da licença-prêmio para os servidores do Poder Judiciário, aliás, a Oposição votou a favor! Então, o Poder Judiciário tem licença-prêmio, o Ministério Público tem licença-prêmio, o Tribunal de Contas tem licença-prêmio e os demais servidores do Estado não têm licença-prêmio e sempre fui contra isso daqui! Um servidor de ensino médio no Tribunal de Contas está ganhando R\$ 25 mil! É válida a crítica de que o caixa do Estado é único e, portanto, quando tratamos de benefícios para os servidores deveria ser de forma igual, mas sempre defendi isso e muitas vezes de forma minoritária aqui. Então, vamos fazer a crítica correta, no ponto correto e vamos fazer a crítica justa nos demais pontos, não vamos também falar mentiras à população. Temos, acho que todos os Deputados aqui têm enorme orgulho da Polícia Militar e da Polícia Civil, tenho vários amigos que são policiais militares e vários amigos que são policiais civis, podem ter a certeza de que estamos fazendo o que podemos. Evidentemente que ninguém aqui queria votar contra um reajuste para policial, isso é claro! Policial, em regra, é herói, já falei diversas aqui, a pessoa que corre o risco para proteger a sociedade, mas temos limitações ao nosso trabalho! É preciso fazer a crítica a quem deve receber essa crítica! Lembrando que, por exemplo, essa determinação de que não podemos aumentar despesa em Projetos do Poder Executivo tem uma finalidade muito clara, que é não desorganizar o sistema. Como foi dito aqui no começo da Sessão, se um Vereador, um Deputado Estadual ou um Deputado Federal

pudesse fazer isso criando despesas, iríamos explodir o Estado! E também temos que saber que temos que trabalhar para 11 milhões de pessoas! Quantas pessoas não gostariam, por exemplo, que estivéssemos reduzindo o IPVA neste momento, que é altíssimo no Paraná? Ou quantas pessoas não queriam que estivéssemos dando incentivos para setores que foram altamente afetados na pandemia? Na minha família tenho pessoas que trabalham com festas e ficaram um ano sem trabalhar, sem ganhar um real! É só uma experiência da minha casa! Então, vejam como é complexa a nossa atividade. Enfim, gostaria que os servidores que estão nos assistindo agora tenham a certeza de que estamos fazendo o que podemos e que seja feita a crítica correta neste assunto. Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Deputado Arilson, para encaminhar.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Presidente, o Requerimento apresentado visa introduzir para apreciação desta Casa uma emenda que corrige distorções tanto em valores, que dobra os valores apresentados pelo Governo do Estado, como também trata do quinquênio, e essa emenda atinge também os policiais civis e a Polícia Científica. E aqui quero fazer um debate muito respeitoso com o Deputado Homero, que tem um profundo conhecimento jurídico, mas o que temos que discutir aqui é o vício da iniciativa. Se este Projeto tivesse nascido de um Parlamentar aqui da Casa ou de um grupo de Parlamentares seria inconstitucional. A passividade obtida pelo STF é que a emenda pode ser colocada, desde que se tenha condição orçamentária, financeira e a indicação de onde sairá o recurso. Essa decisão é longa, mas já foi pacificada e o que estamos apresentando aqui é uma emenda. E tem um ponto da sua fala, Deputado Homero, que concordo plenamente: não se pode alterar a conta final. É verdade, não pode! Só que a conta final é calculada no percentual em relação à apresentada de onde vai sair o recurso. Quando você tem alterada a fonte de recursos que permite, o percentual usado aqui neste caso é menor do que estava. Está se calculando o Projeto do Governo sobre um montante de R\$ 283 milhões e estamos calculando o Projeto da emenda sobre R\$ 980 milhões. Percentualmente

não altera a conta final, pelo contrário, pelo contrário, não muda a conta final, sobram recursos, dá até para o Governo usar em outras coisas. Concordo com o Deputado Homero, é verdade, os Parlamentares, mesmo que emendem, indiquem a fonte de receita e tenha dotação orçamentária, não podem mudar a conta final; só que a conta final é o resultado de um percentual de onde o Projeto, nascido da mão do Governo e não vício de iniciativa desta Casa, dos Parlamentares, tem um valor. Ao ser constatado, divulgado amplamente pela mídia e pelo Governo que os dividendos vão chegar a R\$ 1 bilhão para esta Casa e não aos R\$ 283 milhões, está morto o resultado final e a conta final colocada. O argumento jurídico usado, com todo o respeito, não é o mais correto e por quê, na verdade? Porque não se trata de conta final expressamente numérica, trata-se de conta final com relação ao montante apresentado. Por isso a Oposição está aqui, pedindo que se aprecie o recurso e vote “sim” a este Projeto e que promovamos justiça, justiça aos servidores das forças de segurança e também a outros possíveis. É muito importante discutir a iniciativa do Projeto. Não é verdade que a iniciativa é viciada, porque o Projeto não nasce de Deputados, ele nasce do Executivo. O resultado é correto, a legitimidade está contemplada e ele é totalmente constitucional, por isso voto “sim” ao Requerimento e à apreciação da emenda dos Deputados da Oposição com o Soldado Fruet.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Deputado Soldado Fruet, para encaminhar.

DEPUTADO SOLDADO FRUET (PROS): Senhor Presidente, rapidamente. Quero primeiramente agradecer ao Requião, ao Michel, à Mabel, ao Goura, ao Boca Aberta Junior, à Cristina Silvestri, ao Deputado Arilson, ao Professor Lemos, ao Tadeu Veneri, ao Delegado Jacovós, à Luciana Rafagnin, ao Deputado Galo e ao Delegado Fernando também, que dentro do possível tentou me ajudar com as assinaturas, mas infelizmente não conseguiu em tempo hábil, mas que seja justo, ajudaram-nos e entenderam o pleito. Deputado Homero, pelo qual tenho tanto respeito pela sua postura, mas esses 11 milhões que o senhor citou aí hoje têm paz porque esses guerreiros estão nas ruas dando as vidas. Não estou aqui

criando caso, apenas a nossa emenda é simplesmente para valorizar esses guerreiros! Vocês estão acabando com a carreira da Polícia Militar, se for aprovar este Projeto! Vocês estão acabando! Não tem como entender de cabo para soldado ganhar R\$ 80,00, sendo que de primeiro-tenente para capitão são quase R\$ 7 mil! É essa discrepância que estamos tentando corrigir com esta emenda. Respeito todos os Deputados aqui e entendo todos, mas fico triste quando querem jogar a sua opinião jogando a população em cima de nós. Será que 11 milhões, Deputado Homero, desculpe-me, o senhor acha que estamos... o senhor joga a população contra nós, que estamos brigando por algo demais! Todo mundo passou por essa fase. Estamos há seis anos sem reajuste! A polícia não parou, perdemos guerreiros com Covid, perdemos guerreiros com outras doenças, perdemos guerreiros por suicídio e agora é o momento de arrumarmos isso! Está ali a fonte! Só peço um apoio a este Requerimento, por favor. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Último orador, Deputado Delegado Jacovós. Deputado Delegado Jacovós, por favor, para encaminhar. Deputado Jacovós, por favor!

DEPUTADO DELEGADO JACOVÓS (PL): Senhor Presidente, ouve-me bem?

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Estou ouvindo, Deputado! Identicamente ao Deputado Soldado Fruet, quando faz essa solicitação.

DEPUTADO DELEGADO JACOVÓS (PL): Quero dizer também que tenho profundo respeito por todos os jurisconsultos que se manifestaram e quero dizer também que muitas coisas que estão ocorrendo aí na frente da Assembleia poderiam ser evitadas se tivéssemos, por exemplo, os Deputados da segurança pública da Assembleia Legislativa são, com todo o respeito, descartáveis, então assim não nos chamam para conversar e tenho que dizer, o Líder sabe, o Projeto chegou à Casa na segunda-feira durante a Sessão, não se dá a oportunidade para darmos um pitaco lá, falar: *Isto aqui não vai dar certo, vamos melhorar antes!*

Então, forme-se uma Comissão e aí chama, como nos chamaram para anunciar: *Olha, formou-se uma Comissão da Polícia Civil, da Polícia Militar para discutir Projeto de reestruturação do subsídio dos policiais.* Vamos lá nas redes sociais e falamos assim: *Olha, o Governo chamou para uma reestruturação.* Vamos lá, queimamos a cara, depois se convoca uma única reunião e depois não convoca mais! Então, quer dizer, é preciso ter um pouco de respeito! E o Líder, que está saindo hoje, que é uma pessoa muito competente, deveria até continuar na Assembleia Legislativa, sabe do que estou falando. Sabe do que estou falando! Então, o que quero dizer é o seguinte, muitas coisas se falam: *Ah, isto é inconstitucional, isto Deputado não pode*, a nossa Justiça é muito, digamos assim, dinâmica. Vejam, há 15 dias o Supremo Tribunal Federal decidiu que os Deputados podem, sim, mexer no orçamento do Governo Federal – e se ele decidiu que pode mexer no orçamento do Governo Federal, pode mexer no estadual também. O Presidente Bolsonaro tinha dito que iria reajustar o fundão eleitoral de 1,8 bilhão apenas pela inflação e foi isso que o Presidente Bolsonaro colocou no orçamento quando mandou ao Congresso; o Poder Legislativo, a Câmara Federal alterou o Projeto e disse: *Não, queremos mais de 5 bilhões para gastar em campanha eleitoral em 2022.* Aí a decisão foi para o Supremo e há 15 dias o Supremo, por 9 votos a 2, disse que o Poder Legislativo pode, sim, mudar o orçamento da União. Por que não podemos colocar uma emenda aí que vai melhorar a condição de vida dos nossos policiais? Então, assim, é uma questão de justiça com os nossos policiais! Então, assim, quero aqui dizer que tenho muito respeito pelo voto de cada um, mas nesta questão aí, tentei uma emenda que custaria ao Governo do Estado R\$ 70 mil por mês a mais no Projeto da Polícia Civil, não foi possível, não acataram, não aceitaram, rejeitaram a minha emenda na CCJ também. Então, só estou fazendo esta argumentação porque respeito a opinião de quem diz que não é possível, que Deputado não pode influenciar na questão do orçamento do Poder Executivo, mas tem decisão recente do Supremo por 9 a 2 que diz que pode, sim, vamos colocar assim, não é uma questão salarial, é uma questão de recursos para a eleição, mas é a mesma coisa. Então, era só isso que queria colocar. E vou votar neste caso aqui, apoiei a emenda do

Deputado Fruet, estou neste caso aí porque não aceito o que foi mandado para a Assembleia Legislativa, há um descontentamento geral na Polícia Civil, Delegados, Escrivães e Investigadores, e não aceito da forma que foi feito. De uma próxima vez, se chamar o Deputado Jacovós para acompanhar, para discutir, estou junto; agora, se não me chamar para discutir, se sou peça descartável, pode me retirar também da Base aí, pode me retirar a partir de segunda-feira e transformem o Jacovós em Oposição, porque daí vocês vão ver como as coisas vão funcionar! Estão entendendo! Porque, com todo o respeito, respeito todo mundo, mas tem situações que tenta *enfiar goela abaixo* da gente e assim não dá, não aceito! Era isso, Sr. Presidente.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Senhor Presidente, para encaminhar. Pedi para encaminhar, só para finalizar.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Sim, Deputado Hussein. Sem problemas. Para encaminhar.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): O Deputado Jacovós tinha duas emendas, a bem da verdade, e uma delas foi acatada. A única emenda que foi acatada aqui! Então, não é verdade que não foi ouvido. Foi. A outra emenda dele incorreria em despesas de 9 milhões anuais e para não ser incoerente, mesmo respeitando o mérito da emenda, não podemos ser incoerentes. Somos os guardiões. A despeito de terem outra opinião, aí é a interpretação de cada um, mas a nossa interpretação da CCJ é essa! E quero aqui me espelhar no discurso do Deputado Homero Marchese, que respeito muito, admiro e tem um conhecimento jurídico fantástico, visto que foi do Tribunal de Contas, enfim! Vou me espelhar nesse discurso dele e dizer: Não é possível. Não é possível. Agora, cada um faz o que quer. Cada um faz o que quer! Agora, não é possível e peço para toda a nossa Base, temos que rejeitar este pedido porque, caso ele seja aprovado, estaremos inviabilizando aquilo que está sendo conquistado neste momento. É esse o pedido. Portanto, quero que todos os Deputados que compõem a Base votem “*não*” a este pedido de reconsideração porque a CCJ tem o seu valor, ela é

formada de pessoas que têm o seu conhecimento e que ajudaram a construir este Projeto. Portanto, o voto é “não”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Ainda para encaminhar, Deputado Marcio Pacheco.

DEPUTADO MARCIO PACHECO (REPUB): Senhor Presidente, quero cumprimentar o senhor, cumprimentar todos os Deputados e Deputadas e todos que nos acompanham também. Presidente, quero falar neste momento na condição de Vice-Presidente da CCJ, apenas para fazer algumas considerações. Entendo, Presidente, que o Deputado Homero Marchese foi perfeito nas suas considerações. Na verdade, nem iria fazer este encaminhamento, mas como houve outros que também acabam colocando em dúvida esse questionamento, esse posicionamento do Deputado Homero, quero apenas me somar a ele e dizer algumas considerações que merecem reflexão pelo menos. É evidente, Presidente, que cada policial militar, cada policial civil que está nos acompanhando neste momento tem aí o direito de acreditar no que quiser, ele tem o direito de acreditar no discurso que lhe é agradável aos seus ouvidos e tem o direito também de acreditar em quem está buscando dizer o que é a verdade. A mim compete dizer aquilo que acredito ser a verdade. Estou há praticamente oito anos como Deputado Estadual e praticamente há quatro anos como Vice-Presidente da CCJ e fica aqui até um desafio que seja apresentada pelo menos uma ocasião, nesses meus oito anos de Assembleia Legislativa ou quatro anos de CCJ, que uma emenda tenha sido apresentada, aumentando as despesas do Poder Executivo de maneira considerável, neste caso a emenda por exemplo da Oposição e do Deputado Fruet simplesmente corrige, segundo o discurso que é feito, e faz aquilo que seria o ideal. Ora, se pudéssemos fazer isso, Presidente, como disse bem o Deputado Homero, imaginem o que seria do Poder Executivo! Evidentemente que aprovaríamos uma emenda dessas! Quem não quer ter as melhorias que os nossos policiais militares, como policial militar que fui por mais de 10 de anos sei do valor que têm os policiais militares, sei da importância da categoria, sei do valor de um policial militar para a sociedade. Sou policial federal

desde 2007 e é evidente que defendemos os policiais, mas, como disse bem o Deputado Homero, temos limitações como Deputados! Quem pode fazer alteração de despesa nos quadros dos servidores públicos do Estado e não é diferente nos quadros evidentemente da Polícia Militar, da Polícia Civil e da Polícia Penal, é o Governador, o Governo do Estado. O Projeto nos chega hoje e cabe votar “sim” ou votar “não”. Isso sim pode ser questionado: *Vota “sim” ou vota “não”, pode querer votar “sim” ou votar “não”*. Vou votar “sim” ao Projeto porque sei, tenho vários colegas policiais militares que, sim, serão beneficiados por este Projeto, então não tenho como votar “não” em um Projeto que vai beneficiar os meus colegas policiais militares, embora alguns não sejam contemplados na altura do que merecem, na nossa avaliação, que devemos continuar este trabalho para defender os policiais. Agora, uma coisa é o que desejamos, uma coisa é o que queremos, outra coisa é o que podemos. E neste caso não podemos aprovar uma emenda que aumente as despesas do Poder Executivo. Algumas considerações que foram feitas sobre a avaliação do Congresso Nacional, o Congresso Nacional tem autonomia diferenciada em relação às autonomias das Assembleias Legislativas. Portanto, Sr. Presidente, ontem, se não me falha a memória, na CCJ, a votação dessas emendas, foram rejeitadas, de 13 Deputados possíveis, apenas dois votaram diferente do entendimento que estou passando aqui. Então, Sr. Presidente...

DEPUTADO SOLDADO FRUET (PROS): Senhor Presidente, *pela ordem. Pela ordem*, Sr. Presidente. Ele está encaminhando a emenda e estamos votando aqui o Requerimento, não é isso?

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Ele está encaminhando o Requerimento da emenda.

DEPUTADO SOLDADO FRUET (PROS): Mas ele está falando “não” à emenda lá!

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Mas ele se reportou ao Requerimento da emenda.

DEPUTADO SOLDADO FRUET (PROS): Ele falou: *Vou votar “não” à emenda.*

Mas e o Requerimento?

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Deputado Marcio, por favor, então conclua sobre o Requerimento.

DEPUTADO MARCIO PACHECO (REPUB): Estou falando... o Deputado Fruet está fazendo uma intervenção mais uma vez inadequada, apenas para chamar a atenção dos policiais militares. Não tem sentido a questão de ordem dele! Estou falando sobre o Requerimento porque o Requerimento, se aprovado, vai deliberar as emendas e se não aprovado não vai deliberar as emendas. Então, não tem o menor sentido a questão de ordem que ele está fazendo! Então, estou falando sobre o Requerimento que versa sobre a emenda. E é evidente que a emenda dele não tem cabimento! A emenda dele não será aprovada não porque não queremos, mas porque não temos essa autonomia de aumentar as despesas do Governo do Estado como ele está propondo. É muito fácil fazer discurso! E termino mais uma vez dizendo o seguinte, Sr. Presidente, cada policial militar que está em casa ou que nos acompanhando, o policial civil, pode acreditar no discurso que achar apropriado. O nosso dever é falar a verdade para a população e não gerar este sentimento que depois acaba sendo uma frustração, porque se gera uma expectativa alta ou às vezes se leva uma informação que não é verdadeira para a população, os policiais estão esperando que aprove uma emenda que é inconstitucional e daí fica um discurso: *Olha, não queremos.* Não é que não queremos, não podemos! Portanto, Sr. Presidente, quero encerrar aqui declarando que vou votar “*sim*” ao Projeto, vou votar “*não*” ao Requerimento, porque o Requerimento não procede, porque a CCJ tem, sim, razão e reforço mais uma vez dizendo que nesses quatro anos de CCJ e nos oito anos quase de Deputado nunca vi uma emenda que altere substancialmente as despesas do Poder Executivo proposta por um Deputado que tenha sido aprovada, que tenha sido aceita. Obrigado, Sr. Presidente. Obrigado, Sr.^s Deputados.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Ok. Encerradas as discussões, vamos então à votação do Recurso de Plenário feito pelo Deputado Soldado Fruet.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Em respeito à CCJ, que trabalha no seu papel, em respeito à constitucionalidade, peço o voto “não”. “Não”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição encaminha voto “sim”.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Senhor Presidente... Desculpe-me! Pode terminar. Desculpe-me!

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Não.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): É que tive minha voz abafada pelo Deputado Fruet. Quero repetir que é “não”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição encaminha voto “sim”, para corrigir esse detalhe jurídico apresentado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): O Deputado Soldado Adriano manda uma mensagem confirmando o voto “sim” no Projeto anterior. Solicito ao Deputado Adriano que no momento da votação mande pelo WhatsApp se tem dificuldades na votação.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Repito, tem alguns Deputados que não votaram ainda, o voto “não”.

DEPUTADO SOLDADO FRUET (PROS): Não, é “sim”.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): “Não”, Fruet.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Ainda pendentes os votos dos Deputados Alexandre Amaro, Cantora Mara Lima, Dr. Batista, Douglas Fabrício, Nelson Luersen e Tião Medeiros. Votação encerrada: **[Votaram Sim:**

Arilson Chiorato, Boca Aberta Junior, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Delegado Jacovós, Gilberto Ribeiro, Goura, Luciana Rafagnin, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Michele Caputo, Nereu Moura, Plauto Miró, Professor Lemos, Requião Filho, Soldado Fruet e Tadeu Veneri (17 Deputados); Votaram Não: Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Artagão Junior, Bazana, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Del. Fernando Martins, Dr. Batista, Elio Rusch, Francisco Buhrer, Galo, Gilson de Souza, Gugu Bueno, Guto Silva, Homero Marchese, Hussein Bakri, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Nelson Justus, Paulo Litro, Reichembach, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Tercílio Turini e Tiago Amaral (32 Deputados); Não Votaram: Ademar Traiano, Douglas Fabrício, Evandro Araújo, Nelson Luersen e Tião Medeiros (5 Deputados).] Com 17 votos favoráveis e 32 votos contrários, está rejeitado o Requerimento.

Vamos submeter ao voto agora a Emenda de Plenário n.^º 1. Em discussão a Emenda n.^º 1.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Essa do Deputado Jacovós? Parece-me, não é! É. Conforme combinamos e cumprimos, o voto é “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Votando, Sr.^s Deputados.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição encaminha voto “sim”, Presidente.

DEPUTADO GALO (PODE): *Pela ordem, Sr. Presidente.*

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): *Pela ordem, Deputado Galo.*

DEPUTADO GALO (PODE): Enquanto acontece a votação, quero lamentar. Neste momento recebo uma notícia muito triste vinda de Paranaguá, acaba de

falecer o jornalista Gilberto Fernandes, proprietário do Jornal JB. À família, os nossos votos de condolências, Sr. Presidente. Grato.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Ainda pendentes os votos dos Deputados Bazana, Dr. Batista, Douglas Fabrício, Galo, Maria Victória, Paulo Litro, Ricardo Arruda e Tião Medeiros. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** *Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Delegado Jacovós, Elio Rusch, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Guto Silva, Homero Marchese, Hussein Bakri, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichenbach, Requião Filho, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (48 Deputados); Votaram Não: Bazana e Dr. Batista (2 Deputados); Não Votaram: Ademar Traiano, Douglas Fabrício, Evandro Araújo e Ricardo Arruda (4 Deputados).]* Com 48 votos favoráveis e 2 votos contrários, **está aprovada** a Emenda. (O Sr. Presidente, Deputado Ademar Traiano, registra em Ata o voto favorável dos Deputados Bazana e Dr. Batista, ao invés do voto contrário registrado no aplicativo.)

ITEM 8 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 107/2022, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.^º 15/2022, que altera dispositivos da Lei n.^º 20937, de 17 de dezembro de 2021, que institui o auxílio-alimentação aos servidores ativos ocupantes das carreiras que especifica. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Finanças e Tributação. Regime de urgência. Emendas de Plenário com parecer contrário da CCJ. Vamos submeter ao voto o Projeto. Para encaminhar o Projeto, Deputado Michele, na sequência o Deputado Professor Lemos.

DEPUTADO MICHELE CAPUTO (PSDB): Quero encaminhar favorável, até porque é uma conquista de uma gama importante de servidores e fruto da discussão nesta Casa. Só pediria que tomássemos muito cuidado quando afirmássemos aqui o que é verdade e o que é mentira. A verdade e a mentira chegaram perto de um lago e a mentira falou: *Vamos pular lá dentro?* Tiraram a roupa; aí a mentira, mais ligeira, saiu e vestiu a roupa da verdade; aí a verdade saiu e, como verdade, não quis vestir a roupa da mentira. Então, a verdade anda por aí nua e crua e nem sempre é agradável e a mentira anda travestida de verdade e às vezes é aceita como verdade. Então, vamos com muita calma quando dissermos o que é verdade e o que é mentira. O que está em peso aqui e que deve pautar a decisão de cada Parlamentar é a sua visão de mundo, é ele entender quem ele representa aqui, é a história dele, é o que ele pensa do ponto de vista ideológico e o que ele quer para a sua sociedade! Estou cansado de vir gente aqui dizer o que é verdade e o que é mentira! Quero, com relação a este Projeto, dizer que vou votar favorável porque sabemos o impacto da crise econômica e social, em grande parte provocada pela Covid, que não foi só impacto sanitário, teve impacto econômico e social muito diretamente, mas quero deixar o meu registro, porque o Hussein está saindo, no Hussein confio nos encaminhamentos e não sei como as coisas aqui vão acontecer, porque muitos Deputados aqui sabem que vários órgãos de Governo têm os estatutários, tem os celetistas, que trabalham tanto quanto, porque não é ser estatutário ou ser celetista que diz se o cara é bom ou não servidor público ou que realiza uma função pública. Os celetistas do Detran há muito lutam pelo vale-alimentação; a Adapar, o pessoal das universidades, não só dos HUs, esses guerreiros, gente que lutou e que enfrentou na linha de frente a pandemia. Vou votar a favor, mas quero acreditar que no prazo de junho chegue aqui a esta Casa a mensagem do Governo para que os celetistas, que estão de fora, que não são do QPPE, mas que precisam ter também essa isonomia em um momento de muita dificuldade, que isso aconteça. Desejo e espero que isso aconteça em junho, por conta disso voto a favor agora!

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Para encaminhar, Deputado Professor Lemos, por alguns instantes.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Senhores Deputados, Sr.^{as} Deputadas e população que acompanha a nossa Sessão, estamos votando aqui o Projeto de Lei n.º 107, que institui o auxílio-alimentação para algumas categorias do serviço público vinculadas ao Poder Executivo, mas deixa de fora várias categorias, entre elas deixa de fora por exemplo os professores, que é o Quadro Próprio do Magistério; deixa de fora também o QFEB, que é o Quadro dos Funcionários de Escolas do Estado; deixa de fora também o pessoal das nossas universidades; deixa de fora também o pessoal do IDR; deixa de fora do Detran e também o pessoal da Secretaria do Meio Ambiente; deixa de fora também os servidores do DER e aí exclui por completo os aposentados e aposentadas de todas as categorias do serviço público vinculados ao Poder Executivo. Então, nós da Oposição preparamos emendas e apresentamos as emendas na Sessão de ontem e quero lamentar aqui que as emendas não foram aprovadas, não tivemos votos suficientes para aprovar essas emendas. Vejam com relação ao QFEB, que são os funcionários de escolas, é o quadro que tem o menor salário entre os servidores do Poder Executivo do Paraná e estão excluídos. Por que o Governo despreza algumas categorias? Por que o Governo está desprezando por exemplo os professores? Por que o Governo está desprezando todos os aposentados e aposentadas? Está desprezando os da reserva da Polícia Militar, dos Bombeiros Militares e apresentamos emendas para corrigir isso! Para os aposentados não tratamos como auxílio-alimentação, tratamos como auxílio-melhor idade, AMI é a sigla, no mesmo valor de R\$ 600,00, porque também o aposentado precisa, também o policial da reserva precisa. Então, estamos aqui dizendo que é possível, sim, que esses trabalhadores do serviço público também sejam incluídos. Infelizmente somos em poucos Deputados aqui e não tivemos votos suficientes para aprovar essas emendas. Não somos contra o auxílio-alimentação que está sendo proposto aqui, mas queremos que ele chegue aos demais! Aí houve ontem a fala do Líder do Governo, que o Governo tem disposição para fazer isso futuramente; e agora o Deputado Michele Caputo relembra isso aqui na tribuna,

que essas outras categorias também precisam. E o Governo pode e deve mandar então um Projeto para esta Casa fazendo justiça, dando um tratamento isonômico! E aqui já lembrei ontem e hoje também já lembrei na minha fala que já aprovamos Projetos nesta Casa criando despesa, sim, para o Executivo e não foi Projeto que veio do Executivo. A primeira lei que instituiu aqui no Paraná a hora-atividade para professores nasceu aqui na Assembleia, estive aqui na Assembleia como Presidente da APP em reunião na ocasião com o Deputado Hermas Brandão, que era Presidente da Assembleia Legislativa, ele entendeu que o Governo do Paraná estava cometendo um crime, que é o crime de omissão de fazer! E o Ratinho está cometendo o crime também de omissão de fazer! E aí coube ao Poder Legislativo naquela ocasião, o autor do Projeto foi o Deputado Hermas Brandão, foi aprovado nesta Casa por unanimidade e foi publicado no dia 15 de outubro de 2002, exatamente no Dia do Professor, em homenagem ao magistério do Paraná, a lei, e ela está em vigor até hoje e inclusive foi ampliada para alcançar um percentual maior, que era 20% e hoje é mais do que 20% a hora-atividade. Naquela ocasião, 20% de contrato a mais de professores aumentou em 20% a folha de pagamento da educação e o Requião foi eleito Governador e implementou a partir do ano de 2003. Nunca foi considerado constitucional! Estou dando exemplo de uma lei aqui aprovada nesta Casa. Estou dizendo que o Governo está cometendo um crime por omissão de fazer. O Estado tem a obrigação, pelo art. 37, X da Constituição Federal, repor todo o ano a inflação na data-base aos salários dos servidores do Poder Executivo e não está repondo. É omissão de fazer! Aqui na Assembleia temos o dever de corrigir esse absurdo, por isso o Projeto que veio do Executivo, não nasceu no Legislativo, ele mandou o Projeto, encontramos aqui as imperfeições no Projeto e apresentamos as emendas, que deveriam ser acolhidas para fazer justiça a todos os servidores, tratar com isonomia e não tratar de forma díspar, discriminando os diferentes servidores e servidoras do Estado do Paraná. O Governador não pode fazer nada se não for aprovado nesta Casa, e esta Casa aqui já aprovou várias maldades contra os funcionários públicos. Se não tivesse aprovado, o Governador não podia ter feito. E não foi só contra a educação que fez, contra todos servidores do Poder Executivo e do pessoal militar também. Aqui

nesta Casa já nos levantamos várias vezes para dizer que não podia votar a favor daqueles projetos, porque eles lesavam o direito dos servidores públicos, e aqui foi aprovado e aí o Governador implementa dando prejuízo aos servidores. Por isso, fica aqui, mais uma vez, o nosso protesto com relação a esse tratamento que discrimina os servidores do Estado do Paraná.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Senhor Presidente...

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Deputado Tadeu.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Trinta segundos vou encaminhar.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Pois não.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Só estou encaminhando favorável, Sr. Presidente, porque os funcionários dos hospitais universitários, das universidades, sabemos que ficaram fora e espero que venha uma mensagem. Inclusive, um funcionário mandou uma mensagem muito emocionado, ele é motorista, não o conheço, ele é motorista da ambulância do Hospital Universitário de Cascavel, e fez um relato do que significaria para ele receber R\$ 600,00 neste momento. Então, acho que o Estado tem que ter sensibilidade e entender que para as pessoas que estão ganhando muito pouco, R\$ 600,00 vai ser o que ele vai usar para comer neste Estado. Por isso, vamos votar a favor, Sr. Presidente, em homenagem inclusive a esse funcionário do Hospital de Cascavel.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Então, vamos à votação, Sr.^s Deputados. Votando. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Senhor Presidente, foi feito o que era possível com os recursos disponíveis e a seguir tem mais. Neste momento, peço a todos o voto “sim”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição encaminha voto “sim” e vai encaminhar um Requerimento ao Governo para ampliar os beneficiários deste Projeto, já que as emendas foram derrotadas.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Deputado Bazana e Deputado Dr. Batista pedem que registre em Ata o voto. No Projeto anterior, equivocadamente, votaram “não” e pedem para que registre o voto “sim” em Ata. Devidamente registrado. Ainda Deputado Bazana, seu voto, Mauro Moraes e Nelson Luersen. Por favor, se estiverem no aplicativo, votem ou mandem mensagem aqui para a Presidência. Caso contrário, teremos dificuldade de fazer registro na sequência. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Delegado Jacovós, Dr. Batista, Elio Rusch, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Guto Silva, Homero Marchese, Hussein Bakri, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini e Tiago Amaral (48 Deputados); **Votou Não:** Artagão Junior (1 Deputado); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Douglas Fabrício, Evandro Araújo, Nelson Luersen e Tião Medeiros (5 Deputados).] Com 48 votos favoráveis e 1 voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 107/2022. (O Sr. Presidente, Deputado Ademar Traiano, registra em Ata o voto favorável do Deputado Artagão Júnior, ao invés do voto contrário registrado no aplicativo.)**

ITEM 9 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 108/2022, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 17/2022, que institui preço público para cobrança de despesas com procedimentos da Polícia Científica e dá outras providências. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Finanças e Tributação. Regime de

urgência. Emendas de Plenário com parecer favorável da CCJ. Vamos submeter ao voto o Projeto, ressalvadas as emendas. Deputada Mabel Canto pede para encaminhar.

DEPUTADA MABEL CANTO (PSC): Senhor Presidente, novamente quero pedir aos Deputados para que votem contrários a esse Projeto. Esse Projeto está taxando a população paranaense em serviços que, muitas vezes, são essenciais. Já disse aqui que há uma tabela com uma taxação para os crimes de violência sexual, para o exame de violência sexual, independentemente de a pessoa ser hipossuficiente ou não, dela poder pagar ou não esse serviço, é um absurdo cobrarmos de vítimas de violência, seja ela sexual ou não, o exame que deve ser garantido pelo poder público. Volto a dizer: como é que vamos pedir para as mulheres, para as crianças, para os idosos denunciarem os crimes de violência doméstica se depois vamos cobrar delas o corpo de delito? Outra situação: a questão que está se dizendo aqui que está se valendo da Lei Geral das Gratuidades, mas é preciso dizer que na Polícia Civil será necessário se comprovar a pobreza diferente do processo. Lá no processo basta uma declaração, na Polícia Civil não. E aí como é que alguém que foi vítima de um abuso, de uma violência, vai naquele momento complicado, já passou pela violência, vai ter que ir à polícia e comprovar que é pobre, que não pode pagar, que é hipossuficiente? Isso é um absurdo! E mesmo que a pessoa não seja, que ela possa pagar o serviço, não é justo isso! É uma pessoa que sofreu uma violência. Este Projeto é uma violência contra população paranaense. Já disse também, já taxamos esses dias serviços da Polícia Civil que antes não eram cobrados e agora vamos fazer o mesmo com serviços da Polícia Científica. A pessoa usa o transporte de corpos, o IML buscar o corpo, não pode ser taxado. Isso é um absurdo! E se as emendas ainda da Oposição, já vou aproveitar para encaminhar, elas não passarem, aí definitivamente teremos uma violência contra a nossa população. Então, peço o voto contrário a esse Projeto. Não podemos taxar a população paranaense, principalmente as pessoas vítimas de violência, independentemente de elas serem hipossuficientes ou não. Era isso, Presidente. Obrigada!

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Próxima Parlamentar a encaminhar, Deputada Luciana Rafagnin.

DEPUTADA LUCIANA RAFAGNIN (PT): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados, também quero aqui pedir o voto contrário a esse Projeto. Esse Projeto é um absurdo! Os valores que estão sendo colocados primeiro que não justifica, não se sabe da onde estão sendo tirados esses valores, quais são os parâmetros usados para colocar em prática esses valores. E também, Sr. Presidente, acho que não é o momento, e gostaria aqui que todos os Parlamentares olhassem com atenção esse Projeto. O momento em que vivemos é um momento difícil da economia do nosso País, do nosso Estado. O nosso povo paranaense, assim como o povo brasileiro, bastante empobrecido. Perdemos o poder aquisitivo de compras. Sabemos que todos os trabalhadores e trabalhadoras passam por inúmeras dificuldades e o Governo coloca um Projeto cobrando valores altíssimos, como aqui já colocado, e falava sobre isso no dia de ontem, mas quero reforçar neste momento do voto pedindo o voto então contrário a esse Projeto. Um exame, Sr.^s Deputados, um exame de lesões corporais para ser usado no DPVAT, R\$ 250,00; o exame que vai comprovar essa questão da violência, como aqui bem disse a Deputada Mabel, R\$ 180,00. Temos a questão da exumação, R\$ 6 mil. Isso é um absurdo! Temos valores que vão até R\$ 10 mil pelos trabalhos prestados pela Polícia Científica. Até hoje não era cobrado. O que o próprio Projeto coloca é que se fosse cobrado, nesses últimos anos, aqui teria um valor até R\$ 40 milhões. Se o Estado vem fazendo esse trabalho e nem por isso o Estado faliu, queremos que o Estado continue prestando esse trabalho ao povo paranaense. No momento mais difícil da economia do nosso Estado, do nosso País, o Governo implanta valores absurdos a serem cobrados pelo trabalho prestado da Polícia Científica. Quando a pessoa procura esse trabalho é porque realmente ela precisa dele e, com certeza, a maioria que vai precisar e que procura esse trabalho está em situação difícil. Como que ele vai pagar taxas altas assim? Queria colocar aqui, reforçar também, a questão de quando precisa levar ou recolher um corpo pela questão do IML. Então, cerca de 50 quilômetros a ser percorrido, o valor de R\$ 500,00. A 100 quilômetros, se for necessário, o transporte de um corpo a 100

quilômetros, R\$ 1 mil. Gente, isso é um absurdo! É um assalto que o Governo do Paraná está fazendo com o povo paranaense implantando esses valores. É covardia! Então, queremos aqui pedir, Sr. Presidente, pedir realmente que todos os Deputados olhem com atenção para este Projeto, e de preferência pedir ao Líder Hussein que façamos justiça ao povo paranaense neste momento e este Projeto será retirado, Sr. Presidente. Não é justo aprovarmos valores altos como esses para serem cobrados do povo paranaense. Não aceitamos isso e por isso quero aqui reforçar o pedido do voto contrário, mas gostaria de insistir ao Líder do Governo que esse Projeto fosse retirado e que nunca mais voltasse a esta Casa. Muito obrigado, Sr. Presidente!

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Deputado Michele.

DEPUTADO MICHELE CAPUTO (PSDB): Obrigado, Presidente! Vejo o seguinte. Sei que o Requião está com fome, todos estamos, mas temos que falar. Acabei de olhar as emendas bastante atentamente e elas salvaguardam pessoas vulneráveis do ponto de vista econômico que passaram por crimes. Tenho certeza de que se dependesse da atividade parlamentar, mesmo de quem defende o Governo sempre, esse tipo de emenda estaria incorporado. Então, só peço que não se aprove este Projeto e reprovem-se as emendas, porque as emendas criam salvaguardas para evitar situações como aqui relatadas, extremamente importantes. Recebemos informação de que muitas dessas coisas, dessas situações, estão previstas em lei, só que você tem que requerer. A mulher sofre um estupro, uma vítima de violência doméstica, violência sexual, um cidadão que nem sabe direito os seus direitos, aí vai ter que produzir, vai ter que buscar isso, buscar aquilo, produzir tese, esperar oito, nove meses uma decisão do Juiz. Não sou contra quem tem condição de pagar que pague um serviço importante que é prestado pela Polícia Científica, mas se for para aprovar Projeto e reprovar emendas, vai acontecer isso que foi dito aqui pelas nossas queridas Deputadas Mabel e Luciana. Prefiro votar contra o Projeto e esperar os votos a favor da emenda para que com as emendas o Projeto volte a ser palatável. Obrigado!

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Senhor Presidente, peço o voto “sim” ao Projeto...

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Pois não, Deputado Hussein.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): E aviso que o que já foi falado pelas Deputadas já está marcado para justiça gratuita. Não se preocupem. Elas já têm os hipossuficientes, enfim, as vítimas estão asseguradas. Portanto, peço o voto “sim” ao Projeto e lembrando que ele ajudou a compor o caixa para fazer frente aos benefícios que são trazidos agora. Voto “sim” ao Projeto.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Como vota a Oposição?

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vai votar “não” ao Projeto e “sim” as emendas. Lembrando, Presidente...

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Votando. Votando. Oi?

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Vou acabar de encaminhar aqui. Não consegui encaminhar.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Não entendi, Deputado.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): O Hussein encaminhou o voto e as emendas.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Pedi o voto só, pedi “sim”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Não estou reclamando não, só quero acabar de encaminhar.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Na boa.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Nós da Oposição vamos encaminhar “não” ao Projeto e “sim” às emendas, porque as emendas corrigem algumas imperfeições colocadas e garantem a isenção prévia, para o cidadão não ter o trabalho de ficar requerendo e, muitas vezes, não conseguir requerer o benefício. Por isso, “não” ao Projeto e “sim” às emendas.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Neste momento é o Projeto, peço voto “sim”. Depois, “não” nas emendas, com todo o respeito.

DEPUTADO TERCÍLIO TURINI (CDN): Senhor Presidente, enquanto os Parlamentares votam, gostaria de fazer um convite aos Sr.^s Deputados e Deputadas. Nesta sexta-feira, Sr. Presidente, nesta sexta-feira, dia 1.^º de abril, teremos a abertura da ExpoLondrina, a Feira Agropecuária e Industrial de Londrina. É um evento sempre muito aguardado lá em Londrina, na região, no Estado do Paraná, é sempre uma grande festa popular, além de todos os atrativos ligados à questão do agronegócio. Então, fica aqui a lembrança e o convite aos Parlamentares e a todos que estão nos assistindo para visitarem a feira, que é do dia 1.^º de abril ao dia 10 de abril. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Deputado Artagão, o seu voto, Deputados Mauro Moraes, Nelson Luersen, Soldado Adriano José e Tião Medeiros. O Deputado Artagão pede para corrigir o voto no item 8. Teria votado equivocadamente “não” e quer registrar em Ata o voto “sim”.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Senhor Presidente, peço a todos os colegas que ainda não votaram, o Projeto é importante para poder fazer frente às despesas do Estado. Voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Vou repetir aqui: Deputado Artagão, seu voto, Nelson Luersen e Tião Medeiros. Votação encerrada, Sr.^s Deputados: **[Votaram Sim: Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Del. Fernando Martins, Dr. Batista, Elio Rusch, Francisco**

Buhrer, Galo, Gilson de Souza, Gugu Bueno, Guto Silva, Hussein Bakri, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Reichembach, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Tercílio Turini e Tiago Amaral (35 Deputados); Votaram Não: Arilson Chiorato, Cristina Silvestri, Delegado Jacovós, Gilberto Ribeiro, Goura, Homero Marchese, Luciana Rafagnin, Mabel Canto, Michele Caputo, Professor Lemos, Requião Filho, Soldado Fruet e Tadeu Veneri (13 Deputados); Abstenção: Plauto Miró (1 Deputado); Não Votaram: Ademar Traiano, Artagão Junior, Douglas Fabrício, Evandro Araújo e Tião Medeiros (5 Deputados).] Com 35 votos favoráveis, 13 votos contrários e 1 abstenção, está aprovado o Projeto de Lei n.º 108/2022.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Vamos votar as emendas agora, Presidente?

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Deputado Hussein, V.Ex.^a apresenta um Requerimento... (**Requerimento n.º 637/2022**, do Deputado Hussein Bakri, requerendo votação em bloco das Emendas aprovadas ao Projeto de Lei n.º 108/2022.)

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Retiro o Requerimento.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Está retirado?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Retirado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Ok. **Requerimento n.º 637/2022, retirado pelo autor.**

Vamos submeter ao voto as emendas. Em discussão as emendas.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Peço aos Deputados da Base que votem “não” porque isso já está marcado no Projeto e, também, na justiça gratuita. Podem ficar seguros. Voto “não”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Presidente, a Oposição encaminha o voto “sim”. A primeira emenda diz respeito às vítimas de crime, sobretudo, sexuais, domésticos, que envolve mulheres, crianças, adolescentes e idosos, violência ou grave ameaça, sem exclusão de outros, estarem isentas do pagamento de qualquer ato previsto nesta Lei. O segundo são os hipossuficientes econômicos inscritos no CadÚnico, com problema de benefícios, e a terceira é em casos nos quais requeridos pela Polícia Científica para realizar o pagamento em 12 vezes. Então, o nosso voto é “sim” para garantir a prévia isenção.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): O nosso voto é “não” porque já estão marcadas no Projeto essas garantias.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Votando, Sr.^s Deputados. Votando. Ainda pendentes os votos: Deputado Artagão, Deputado Dr. Batista, Homero Marchese, Tião Medeiros. Votação encerrada, Sr.^s Deputados: **[Votaram Sim:** Arilson Chiorato, Cristina Silvestri, Gilberto Ribeiro, Goura, Luciana Rafagnin, Mabel Canto, Michele Caputo, Plauto Miró, Professor Lemos, Requião Filho, Soldado Fruet e Tadeu Veneri (12 Deputados); **Votaram Não:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Del. Fernando Martins, Elio Rusch, Francisco Buhrer, Galo, Gilson de Souza, Gugu Bueno, Guto Silva, Hussein Bakri, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Reichembach, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Tercílio Turini e Tiago Amaral (34 Deputados); **Abstenção:** Delegado Jacovós (1 Deputado); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Artagão Junior, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Evandro Araújo, Homero

Marchese e Tião Medeiros (7 Deputados).] Com 12 votos favoráveis, 34 votos contrários e 1 abstenção, **estão rejeitadas as Emendas.**

ITEM 10 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 67/2022, de autoria do Deputado Tião Medeiros, que estabelece diretrizes e critérios para o licenciamento, implantação, operação e encerramento de aterros sanitários e industriais e para o gerenciamento de resíduos sólidos, contemplando as atividades de transporte, coleta, armazenamento, tratamento e destinação final de resíduos sólidos, visando ao controle da poluição, da contaminação e a minimização de seus impactos ambientais. Parecer favorável da CCJ. Regime de urgência. Em discussão.

DEPUTADO GOURA (PDT): Para discutir, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Para discutir, Deputado Goura. Sempre lembrando que é a constitucionalidade agora, Deputado Goura.

DEPUTADO GOURA (PDT): Exatamente, Sr. Presidente. Obrigado! Existe de forma muito clara o princípio da proibição do retrocesso ambiental, prezados Deputados. O Projeto extrapola competências constitucionais estaduais. Ele vai contra a nossa Constituição Federal, contra a nossa Constituição Estadual. Ele é menos protetivo em relação à legislação federal. Ele fere a distribuição de competência concorrente prevista na Constituição da República. Ele exclui instrumentos essenciais do licenciamento ambiental de aterros sanitários e industriais, como o estudo de impacto ambiental e o relatório de impacto ambiental e desconsidera a norma impositiva prevista em Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente, o Conama, que tem, sim, competência normativa autorizada por Lei, quando autoriza o recebimento de resíduos tóxicos, Sr.^s Deputados e Deputadas, radioativos em aterros em território paranaense. Na Comissão de Meio Ambiente, Sr. Presidente, Deputados, tentamos discutir isso com seriedade, mas, infelizmente, o presente Projeto, além de não ser de competência de Parlamentar, Deputado Reichembach, ele vem em regime de urgência mais uma vez. Então, quando o Deputado Jacovós lamenta que o Projeto chega de forma atropelada, lamentamos isso quase que semanalmente aqui, porque o Governador

Ratinho Junior não respeita esta Casa de Leis, não respeita a independência dos Poderes. Fizemos o máximo, Sr. Presidente, para garantir o devido debate técnico aqui desta presente proposição, que é uma proposição extremamente séria para o meio ambiente, e pedimos manifestações de quatro entidades e órgãos. Pedimos que primeiramente, Deputado Fruet, o órgão ambiental do Estado do Paraná se manifestasse. Não veio nenhuma manifestação da Sedest, do Secretário Márcio Nunes, não veio. Só veio o silêncio. Pedimos que o Ministério Público se manifestasse. Aqui está, Sr. Presidente, um amplo relatório apontando as inconsistências jurídicas e temáticas do presente Projeto. Pedimos que a Associação dos Engenheiros Ambientais se manifestasse. O mesmo pedido: que o Projeto fosse devidamente discutido nesta Casa de Leis. E pedimos, por fim, à Ordem dos Advogados do Brasil, que aponta na sua Comissão Ambiental, na Seccional do Paraná, as mesmas inconsistências que apresentamos no nosso parecer na Comissão de Meio Ambiente, na qual avoquei a Relatoria. Infelizmente, na Comissão, o nosso relatório muito bem embasado foi derrotado porque o Governo, como disse, não respeita o trâmite legal, o trâmite jurídico, as normas legais que temos que seguir na CCJ e nas Comissões. Então, Sr. Presidente, não peço apenas à Bancada da Oposição e aos Independentes, peço a todos os Parlamentares: este Projeto é uma aberração legislativa e o nosso voto é contrário.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Deputado Tião para encaminhar. Deputado Tião, por favor. Deputado Tião. O Deputado Tião não está *on-line*. Vamos submeter ao voto. Quero responder ao Deputado Goura. Deputado Goura, este Parlamento tem independência para definir sobre todos os temas. Respeitamos o Ministério Público, agora não admitimos interferência de opinião ou recomendação do Ministério Público. A Casa é soberana, os Deputados podem opinar sobre qualquer tema. Vossa Excelência..., houve uma tratativa com V.Ex.^a e V.Ex.^a não cumpriu. Portanto, quero pedir aos Sr.^s Deputados...

DEPUTADO GOURA (PDT): *Pela ordem*, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): *Pela ordem*, Deputado Goura.

DEPUTADO GOURA (PDT): Não houve nenhuma tratativa comigo, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Vossa Excelência fez uma conversa comigo e com o Deputado...

DEPUTADO GOURA (PDT): Conversei que iria estudar a matéria...

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): E V.Ex.^a não cumpriu. Submeto ao voto.

DEPUTADO GOURA (PDT): Senhor Presidente, *pela ordem*, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Em votação o Projeto.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Pedimos o voto “sim”.

DEPUTADO GOURA (PDT): Para ficar registrado: Não houve nenhuma tratativa comigo. Concordei...

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Vossa Excelência fez uma tratativa...

DEPUTADO GOURA (PDT): Concordei com o Sr. Presidente que iria estudar a matéria e iria me posicionar. Foi isso que concordei.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Não, não procede.

DEPUTADO GOURA (PDT): O Dylliardi ouviu, estava presente e pode confirmar, por favor.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Não procede. Em votação.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Peço aos Deputados que compõem a nossa Base que votem “sim”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição encaminha voto fechado “não”.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Nossa voto fechado é “sim”, se possível.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Ainda pendentes os votos dos Deputados Delegado Jacovós, Michele Caputo, Nelson Luersen, Nereu Moura e Homero Marchese. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** *Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Dr. Batista, Elio Rusch, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Gugu Bueno, Guto Silva, Hussein Bakri, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Nelson Justus, Paulo Litro, Plauto Miró, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (37 Deputados); Votaram Não:* Arilson Chiorato, Goura, Luciana Rafagnin, Mabel Canto, Professor Lemos, Requião Filho, Soldado Fruet e Tadeu Veneri (8 Deputados); **Abstenção:** Delegado Jacovós e Reichembach (2 abstenções); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Douglas Fabrício, Evandro Araújo, Homero Marchese, Michele Caputo, Nelson Luersen e Nereu Moura (7 Deputados).] Com 37 votos favoráveis, 8 votos contrários e 2 abstenções, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 67/2022.**

ITEM 11 – 1.^a Discussão do Projeto de Resolução n.º 8/2022, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova a prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados referente ao mês de outubro. Parecer favorável da Comissão de Tomada de Contas. Em discussão. Em votação. Votando.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição encaminha voto “sim”.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Ainda pendentes os votos dos Deputados Alexandre Curi, Bazana, Delegado Jacovós, Dr. Batista, Goura, Homero Marchese, Paulo Litro, Soldado Adriano e Tião Medeiros. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Elio Rusch, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Gugu Bueno, Guto Silva, Hussein Bakri, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini e Tiago Amaral (44 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Delegado Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Evandro Araújo, Goura, Homero Marchese, Paulo Litro, Soldado Adriano José e Tião Medeiros (10 Deputados).] Com 44 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Resolução n.º 8/2022.**

(Não havendo mais matéria a ser deliberada na pauta da Ordem do Dia, passou-se à votação dos Requerimentos.)

REQUERIMENTOS.

Requerimento n.º 638/2022, do Deputado Hussein Bakri, requerendo dispensa de votação de Redação Final aos Projetos de Lei aprovados em segunda discussão sem Emenda. Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado o Requerimento.** (**Requerimento encaminhado à Diretoria Legislativa para providências.**)

Requerimentos aprovados e encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.

Requerimento n.º 628/2022, do Deputado Plauto Miró, encaminhando voto de pesar às famílias pelo falecimento de: Lenilda de Souza Penteado; **Requerimentos n.ºs 629 e 639/2022**, do Deputado Tercílio Turini, solicitando o registro e envio de votos de congratulações: ao Senhor Antônio Oliveira Sampaio, Presidente da Associação Rural do Paraná; e ao Doutor Armando Jairo da Silva Martins; **Requerimento n.º 630/2022**, da Deputada Luciana Rafagnin, solicitando envio de expediente ao Governador do Estado e ao Diretor Geral do DER/PR, requerendo a realização do estudo de viabilidade técnica para a duplicação ou a implantação de marginais na PR-566, que liga a PR-180 a PR-562, no sudoeste do Paraná, especialmente no trecho localizado em Francisco Beltrão, saída para o município de Itapejara D'Oeste; **Requerimento n.º 631/2022**, do Deputado Goura, solicitando envio de expediente ao Secretário de Estado da Fazenda e ao Secretário de Estado do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo, requerendo apoio aos municípios do litoral paranaense para gestão dos resíduos sólidos; **Requerimento n.º 633/2022**, do Deputado Goura, solicitando envio de expediente ao Chefe da Casa Civil, questionando se houve manifestação do Conselho de Desenvolvimento Territorial do Litoral Paranaense (COLIT) acerca das obras pretendidas na orla de Matinhos; **Requerimento n.º 635/2022**, do Deputado Goura, solicitando envio de expediente ao Chefe da Casa Civil, questionando se houve manifestação do Conselho de Desenvolvimento Territorial do Litoral Paranaense (COLIT), do Conselho Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico – CEPHA e do Comitê da Bacia Litorânea acerca do empreendimento “Nova Ferroeste”, da Secretaria da Infraestrutura e Logística do Paraná; **Requerimento n.º 636/2022**, do Deputado Goura, solicitando envio de expediente ao Secretário de Estado do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo, requerendo providências com relação à condição degradante em que encontra o Aterro Sanitário do município de Guaraqueçaba, do litoral do Estado, verificada pela equipe deste mandato na manhã do dia 8 de março de 2022; **Requerimento n.º 640/2022**, do Deputado Goura, solicitando envio de expediente ao Secretário de

Estado do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo, requerendo os projetos técnicos já apresentados no âmbito do Programa Reserva Hídrica do Futuro, com cronogramas, ações detalhadas, objetivos, custos, indicadores para fiscalização, partes responsáveis, dentre outras informações pertinentes.

Requerimentos com despacho do Presidente.

Ao Cerimonial, à Diretoria Geral e à Diretoria Legislativa para providências:
Requerimento n.º 632/2022, da Deputada Maria Victória, requerendo o uso do Grande Expediente da Sessão Plenária do dia 18 de abril de 2022; **Requerimento n.º 634/2022**, do Deputado Reichembach, requerendo o uso do Grande Expediente da Sessão Plenária do dia 24 de maio de 2022; **Requerimento n.º 643/2022**, do Deputado Goura, requerendo o uso do Grande Expediente da Sessão Plenária do dia 25 de abril de 2022.

À Diretoria Legislativa para providências: **Requerimento n.º 641/2022**, do Deputado Homero Marchese, comunicando sua filiação ao Partido Republicanos.

Justificativas de ausência.

Deferido conforme o art. 97, § 4.º do Regimento Interno (o Presidente poderá abonar, no período de um mês ausência injustificada): **Requerimento n.º 642/2022**, do Deputado Delegado Jacovós, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 14 de março de 2022.

Requerimento prejudicado.

Requerimento n.º 644/2022, do Deputado Soldado Fruet, solicitando recurso ao Plenário para análise da constitucionalidade e legalidade da Emenda n.º 3 apresentado ao Projeto de Lei n.º 106/2022.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Nada mais havendo a ser tratado, encerro a presente Sessão, marcando duas **Sessões Extraordinárias** na sequência, uma outra **Sessão Ordinária** para segunda-feira, dia 4 de abril de

2022, à hora regimental, com as seguintes **Ordens do Dia**: **1.^a Extraordinária** – 3.^a Discussão dos Projetos de Lei Complementar n.^{os} 2/2022 e 3/2022 e dos Projetos de Lei n.^{os} 106/2022 e 108/2022; **2.^a Extraordinária** – Redação Final dos Projetos de Lei Complementar n.^{os} 2/2022 e 3/2022 e dos Projetos de Lei n.^{os} 14/2022, 106/2022 e 108/2022; **Ordinária** - Redação Final dos Projetos de Lei n.^º 659/2019 e 458/2021; 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 67/2022 e do Projeto de Resolução n.^º 8/2022; e 1.^a Discussão dos Projetos de Lei n.^{os} 655/2021 e 56/2022.

“LEVANTA-SE A SESSÃO.”

(Sessão encerrada às 13h26, tendo sido lavrada a Ata para fins de publicação em atendimento ao disposto no art. 139 da Resolução n.^º 11 de 23/8/2016, Regimento Interno.)